

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROURB/RH

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS

PROGERIRH

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS

EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE - ICAPUÍ

PARTE IV - DETALHAMENTO DO PROJETO

TOMO 2 - MEIO AMBIENTE

VOLUME 4 - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

FORTALEZA

OUTUBRO / 1999

JAAKKO PÖYRY



PARTE IV – DETALHAMENTO DO PROJETO
Tomo 2 – MEIO-AMBIENTE E SÓCIO-ECONOMIA
Volume 4 – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL



ÍNDICE

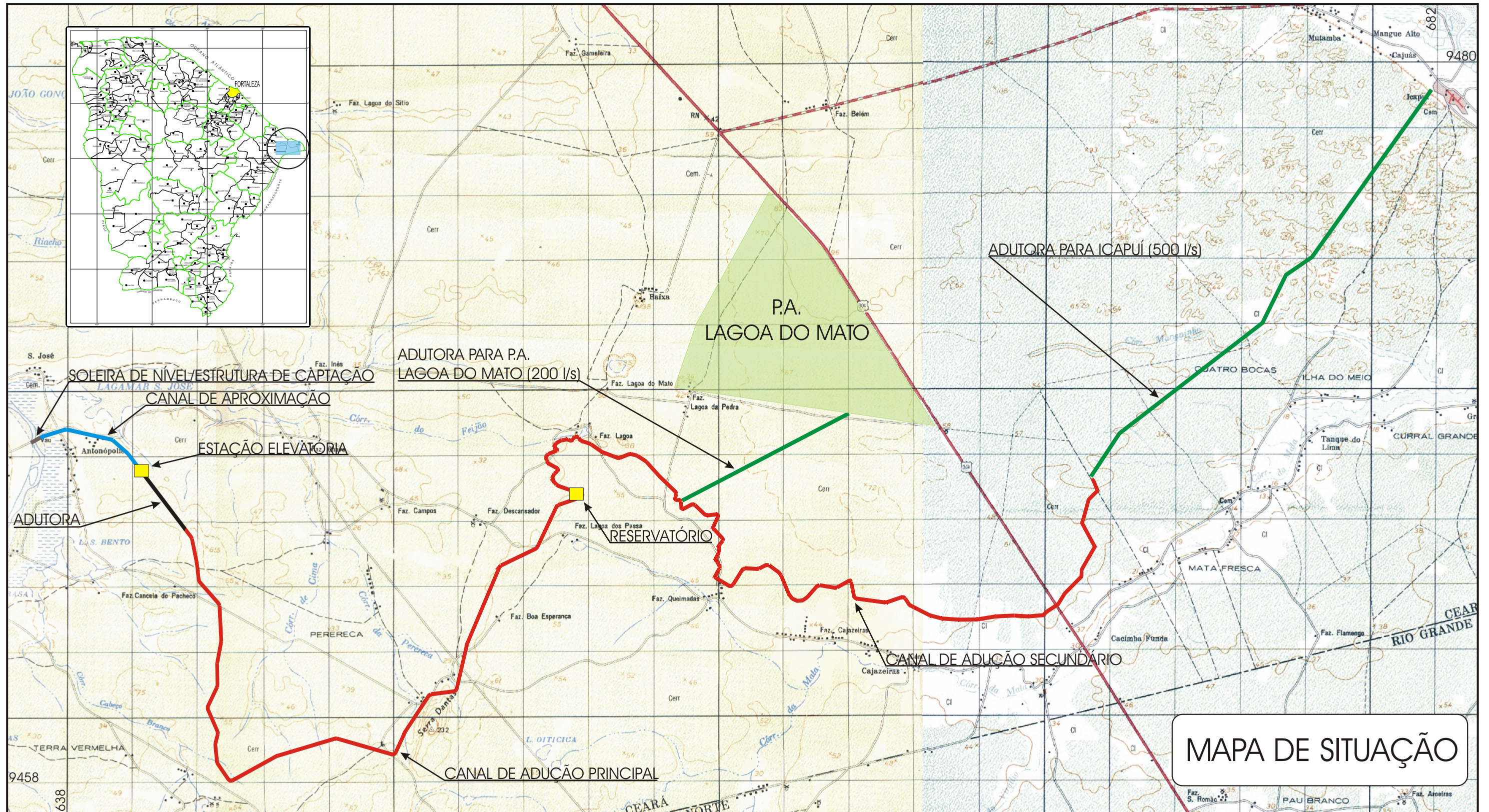
ÍNDICE

MAPA DE SITUAÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
1 - INTRODUÇÃO	10
2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS	14
2.1 - “O HOMEM É UM ANIMAL POLÍTICO”	15
2.2 - O HOMEM TEM NECESSIDADES.....	16
2.3 - IGUALDADE ESSENCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	17
2.4 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	18
2.5 - DESIGUALDADES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO.....	19
2.6 - DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	22
3 - CONDICIONANTES SOCIAIS, LEGAIS E INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA....	24
3.1 - CONDICIONANTES SOCIAIS.....	25
3.1.1 - Indicadores Educacionais	26
3.1.2 - Indicadores de Saúde.....	27
3.1.3 - Indicadores do Padrão de Vida – Renda dos Membros das Famílias Pesquisadas.....	28
3.1.4 - Acesso a Equipamentos Sociais.....	30
3.1.5 - Associativismo	31
3.1.6 - Expectativa de Vida	33
3.2 - CONDICIONANTES LEGAIS	34
3.3 - CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS: A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA SRH	36
3.3.1 - Unidade de Mobilização, Participação e Promoção Social.....	38
3.3.2 - COGERH.....	41
4 - METODOLOGIA PROPOSTA.....	48
4.1 - DIRETRIZES PARA A COMPATIBILIZAÇÃO DO COM A DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, LOCAL E REGIONAL.....	49
4.1.1 - Diretrizes para a compatibilização com a dinâmica de organização social em nível regional	50

4.1.2 - Diretrizes para a compatibilização com a dinâmica de organização social em nível local	50
4.2 - ETAPAS E CONTEÚDOS DA METODOLOGIA PROPOSTA	52
4.3 - PRÉ-REQUISITOS METODOLÓGICOS	59
5 - PROGRAMAÇÃO	61
5.1 - OBJETIVOS	62
5.1.1 - Objetivo Geral	62
5.1.2 - Objetivos Específicos	62
5.2 - METAS	63
5.2.1 - Elaboração do Marco Situacional do Programa	63
5.2.2 - Elaboração Participativa do Marco Operativo do Projeto	64
5.2.3 - Capacitação em Processo	64
5.2.4 - Visitas para Difusão do Projeto	64
5.2.5 - Visitas de Acompanhamento da Implantação das Obras	64
5.2.6 - Modelo de Gestão Social	65
5.2.7 - Capacitação de Usuários	65
5.2.8 - Avaliações	65
5.3 - JUSTIFICATIVA.....	65
5.4 - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO.....	66
5.5 - MATRIZ INSTITUCIONAL MÚLTIPLA.....	67
5.6 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO	68
5.6.1 - Estrutura do Programa de Participação Social.....	68
5.6.2 - Estrutura do Comitê Provisório de Usuários	69
5.7 - CRONOGRAMA GERAL DE ATIVIDADES.....	70
5.8 - ORÇAMENTO GLOBAL	72
5.9 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	73
5.9.1 - Objetivos	73
5.9.2 - Método	73
5.9.3 - Tipo de Avaliação	73
6 - BIBLIOGRAFIA.....	74
7 - EQUIPE TÉCNICA	76
ANEXO	78



MAPA DE SITUAÇÃO



MAPA DE SITUAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Os serviços executados pelo Consórcio JPE - AGUASOLOS, no âmbito do contrato Nº 05/PROURB-RH/SRH/CE/98, assinado em 29/1/1998 com a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH-CE), têm como objeto a **Elaboração dos Estudos de Economia, Meio Ambiente e Sócio-Economia e dos Projetos de Engenharia das Obras de Integração do Eixo Jaguaribe - Icapuí.**

Os estudos desenvolvidos, em atendimento aos Termos de Referência, são constituídos por atividades multidisciplinares que permitem a elaboração de relatórios específicos organizados em Partes, Tomos e Volumes. As partes e tomos que compõem o acervo do Projeto são os apresentados na sequência:

RELATÓRIO SÍNTESE

PARTE I - RELATÓRIO GERAL

PARTE II - ESTUDOS BÁSICOS

Tomo 1 - Avaliação Global dos Potenciais e Perspectivas;

Tomo 2 - Diagnóstico Ambiental;

Tomo 3 - Estudos Sócio-Econômicos;

Tomo 4 - Estudos Climatológicos;

Tomo 5 - Estudos Hidrológicos;

Tomo 6 - Levantamentos Pedológicos.

PARTE III - ESTUDOS DE ALTERNATIVAS

Tomo 1 - Alternativas para o Eixo de Integração;

Tomo 2 - Estudos de Impactos.

PARTE IV - DETALHAMENTO DO PROJETO

Tomo 1 - Engenharia;

Tomo 2 - Meio Ambiente e Sócio-Economia.

PARTE V - OPERAÇÃO DO PROJETO

Tomo 1 - Sustentabilidade Técnica;

Tomo 2 - Sustentabilidade Financeira;

Tomo 3 - Sustentabilidade Administrativa;

Tomo 4 - Sustentabilidade Ambiental;

Tomo 5 - Sustentabilidade Social.

O presente relatório se constitui no **Volume 4 – Programa de Participação Social, Tomo 2 – Meio Ambiente e Sócio-Economia da Parte IV – Detalhamento do Projeto**. Este volume tem como objetivos definir a “unidade” de atuação do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí com representatividade junto o SIGERH, e seus princípios operacionais no que diz respeito: às formas de participação nos processos de decisão; a metodologia de organização e participação social; o envolvimento da sociedade em geral e; a sua representação e legitimidade.

1 - INTRODUÇÃO

*“Penso que a grande conquista do Século XXI
será a participação”.*

(Danilo Gandin)

Este documento integra o conjunto de instrumentos de planejamento do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, tendo por objetivo contribuir para o desenvolvimento de ações de envolvimento da sociedade civil e participação social na preparação e implementação do Projeto Executivo do Eixo.

Numa perspectiva mais ampla, o conceito de participação social no Edital de Licitação que norteou a proposta técnica do Consórcio Jaakko Pöyry/Aguasolos, relaciona-se não somente com a participação dos beneficiários nas fases de planejamento do projeto executivo e acompanhamento das obras civis, mas introduz o conceito de gestão social, na medida em que considera que a participação dos usuários deve ocorrer também no gerenciamento do eixo, na fase de sua operação, mediante modelo de gestão e ação negociados entre os diversos atores sociais.

O edital preocupa-se com as diversas modalidades de interação entre as comunidades envolvidas, a equipe técnica do Consórcio e do PROGERIRH, bem como, com o respeito às formas de organização social existentes na área do Projeto.

Não há dúvida que as diretrizes do Edital e seus Termos de Referências representam um avanço político sem precedentes no processo de elaboração e implementação de projetos e de obras públicas, ao reconhecer o direito e o dever do cidadão de participar ativamente em empreendimentos que afetarão sua vida atual e futura e em cujo escopo está a transformação de sua realidade sócio-econômica.

Devido ao caráter avançado e inovador do Edital, é possível que o conjunto dos gestores públicos dentro e fora da Secretaria dos Recursos Hídricos e das Prefeituras Municipais não esteja completamente sintonizado com o ideário social proposto no edital, estimulado pelo PROGERIRH e apoiado pelo Banco Mundial, pois tal ideário “vira pelo avesso” o atual sistema de tomada de decisões na esfera pública e na esfera privada (leia-se sociedade civil e empresas), que passam à posição de atores e parceiros em condições de igualdade no processo de tomada de decisão e ação, em todas as etapas de condução e gerenciamento do Projeto. Do mesmo modo, é possível que a sociedade civil organizada também não esteja preparada para tal avanço, seja

pela prática de relações clientelistas e paternalistas no âmbito de suas instituições, seja pelo perfil autocrático de alguns de seus líderes na condução das instituições ou ainda pela falta de experiência em participação e gestão social.

Não será um despropósito prever momentos de turbulência na condução do Projeto, considerando a emergência de uma das situações acima expostas, que antes de representar uma pressão tendente ao retrocesso deverá ser considerada como uma etapa a ser vivenciada, discutida, aprendida e incorporada ao saber técnico e ao saber popular, respectivamente, nos âmbitos da Secretaria dos Recursos Hídricos e das Instituições da Sociedade Civil.

Pelo caráter inovador e, portanto, ousado da proposta, concebe-se como a melhor alternativa a gradualidade da estruturação e institucionalização da participação social no processo de preparação e implementação do Projeto Piloto, incluindo o modelo de gestão social para o mesmo, cujo processo de desenvolvimento e construção até à sua configuração final será um dos pilares para o aperfeiçoamento da metodologia proposta.

A experiência advinda da implantação do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, sobretudo na área social, deverá proporcionar riquíssima contribuição à formação de gestores públicos com perfis mais flexíveis, com menores dificuldades em aceitar a diversidade e a criatividade inerente à gestão social, com pensamento estratégico e maior capacidade adaptativa. E, sobretudo, com mais clara noção de “coisa pública”, “interesse público”, “cidadania”, “descentralização e participação social”.

Na opinião de Pedro Jacobi, “a participação social é o instrumento de governo mais adequado à construção de um regime democrático.” O mesmo autor afirma que “a descentralização vai além de uma opção político-administrativa, significando também um processo de mudança qualitativa na dinâmica da gestão nos planos sócio-cultural e territorial”, colocando como o maior desafio “o estabelecimento de novas regras no relacionamento entre o poder público e a população em geral. Democratizar é ceder poder, o que implica a definição do modelo através do qual se vai governar e os reais espaços de participação dos cidadãos.”

Conforme Sérgio C. Buarque “ a descentralização é um processo histórico de âmbito mundial e com tendência visível no Brasil, principalmente desde a Constituição de 1988, com o fortalecimento dos municípios e a desconcentração das políticas e programas nacionais. Por outro lado, a descentralização tem uma base e fundamentação teóricas e representa uma alternativa para a ampliação dos espaços e formas de participação da sociedade.”

Como tendência mundial contemporânea ela engendra crises e oportunidades; crises no sentido de que os valores tradicionais não respondem mais satisfatoriamente aos problemas, ao mesmo tempo em que os novos valores ainda não se firmaram completamente; oportunidades no sentido de opções, de revisão de valores, de redirecionamento para mudanças, nem sempre facilmente aceitáveis por indivíduos, grupos e instituições.

O termo participação social vem sendo progressivamente empregado, porém com variados sentidos e objetivos. Este programa não estabelece um “conceito único” ou um “conceito ótimo” de participação social. Discute as diversas compreensões do termo e procura, na medida do possível, abrigá-las em fases e etapas distintas do processo de preparação e implementação do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, à medida em que se estuda e interpreta cada situação específica. Desse modo, usa a estratégia científica de reunir e aproveitar o que há de positivo e valioso nas contribuições de diversos autores e atores sociais.

2 - A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS

“...o ser humano não é apenas um animal que vive, é também um animal que convive, ou seja, o ser humano sente a necessidade de viver mas ao mesmo tempo sente a necessidade de viver junto com outros seres humanos. E como esta convivência cria sempre a possibilidade de conflitos é preciso encontrar uma forma de organização social que torne menos graves os conflitos e que solucione as divergências, de modo que fique assegurado o respeito à individualidade de cada um.”

(Dalmo de Abreu Dallari)

2.1 - “O HOMEM É UM ANIMAL POLÍTICO”

Observando que o homem não pode viver sozinho, que precisa da convivência com outros homens, que a natureza humana exige a vida em sociedade, o filósofo grego Aristóteles fez a histórica afirmação acima. Por essa compreensão, o homem é mais que um ser biológico, é também um ser sócio-político. Portanto, a vida em sociedade é necessidade permanente da natureza humana, fato inquestionável no campo filosófico e no campo científico.

Para atendimento de suas necessidades biológicas, afetivas, sociais e espirituais, o homem não age sozinho, ele precisa da cooperação e participação de outros seres humanos, não somente quando em tenra idade, mas por toda a sua vida. Este fato envolve indistintamente a todos os seres humanos, ricos ou pobres, pretos, pardos ou brancos, novos ou velhos. Isto significa que a natureza e as necessidades do homem são exatamente as mesmas de todos os outros de sua espécie. Assim, do ponto de vista biológico os seres humanos valem exatamente a mesma coisa, isto é, por natureza todos são iguais; do ponto de vista social, todos têm as mesmas necessidades. O reconhecimento da igualdade essencial entre os seres humanos não significa a anulação de diferenças individuais específicas de raça, compleição, idade, sexo, temperamento, cultura e organização social entre os humanos. Essas diferenças individuais quando na arena social podem manifestar-se sob a forma de conflitos. O conflito é normal na vida social, pois não existiu ou existe sociedade sem conflitos. Entretanto, é importante destacar que as diferenças de valor entre os seres humanos é um dado cultural e não natural. O fato de um homem rico valer mais que um pobre, de um rei ter mais poder que um súdito, de um branco ter a preferência sobre um negro, são valores culturais imbutidos nessas situações.

Neste sentido afirma o Prof. Dalmo Dallari, “ por natureza todos nascem iguais e é a sociedade que estabelece as diferenças, o que significa que as diferenças de valor são artificiais e não naturais.”

2.2 - O HOMEM TEM NECESSIDADES

Ao nascer, o homem tem necessidades predominantemente biológicas, fisiológicas e de proteção que devem ser atendidas por outrem. Essas necessidades prolongam-se por toda a vida, mas a partir de uma certa idade o homem se torna autônomo para provê-las; ainda na primeira infância despontam novas necessidades, como as de reconhecimento e afeto, convívio social, saúde, educação e recreação. Ao longo da vida o homem vai agregando outras necessidades e à medida em que avança em idade, aumentam as necessidades de natureza social, cultural e política.

Ao buscar a satisfação de suas necessidades o homem está influenciando de algum modo na vida social. Ao tentar satisfazer a necessidade de nutrição, influi na produção de alimentos, na organização e na oferta ao mercado; ao buscar o atendimento da necessidade de abrigo, influi na produção de materiais e na construção de casas, com impactos na organização e desenvolvimento desses ramos de indústria e comércio; do mesmo modo a satisfação de suas necessidades de vestuário, calçados, comunicação, transporte, lazer, educação, saúde, etc, provocará influências objetivas na organização da produção e na oferta de bens e serviços. A maioria dos seres humanos passa quase toda a sua vida consumindo bens e serviços produzidos por outros e este fato tem forte influência na organização e desenvolvimento das sociedades contemporâneas. As necessidades individuais multiplicadas pelo número de membros de um grupo, comunidade, município, Estado e Nação dão a escala das necessidades humanas nos planos micro e macro-social.

As necessidades da vida social se comportam do mesmo modo. O homem tem necessidades de comunicação interpessoal, compreensão, cooperação, vida familiar, grupal e comunitária, aquisição de conhecimentos e informação, reconhecimento social, participação, decisão, prestígio e poder, entre outras necessidades sociais. Para a satisfação dessas necessidades, sua atuação conjugada com a de outros atores sociais terá grande influência na vida e na organização social. Nesse campo as diferenças individuais e culturais podem resultar no aparecimento de problemas, que

podem gerar conflitos. A administração e a solução de conflitos grupais e sociais requer uma resposta ou atitude eficiente da sociedade.

2.3 - IGUALDADE ESSENCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A igualdade essencial dos seres humanos quase sempre não é reconhecida pelas sociedades. As sociedades democráticas estão mais próximas desse reconhecimento, mas é legítimo reconhecer que existem diferentes formas e graus de sociedades democráticas. A democracia é uma aspiração e uma legenda de todas as nações do mundo contemporâneo, mesmo daquelas presididas por regimes fechados e autoritários.

Existe um espaço abismal entre o valor essencial que iguala todas as pessoas e o valor social que lhes é atribuído e reconhecido dentro de uma sociedade. Essa diferença abismal não decorre somente de diferenças individuais e culturais, mas de desigualdades sociais.

Numa sociedade de homens livres todos deveriam ter um mesmo valor; não é, porém, o que acontece na maioria das nações ditas democráticas. Nestas, por consequência, não são asseguradas oportunidades sociais e políticas iguais para todos desde o berço, ideal da democracia moderna. As pessoas, por destino ou por azar, nascem em classe “A”, “B” ou “C” e isso terá influência decisiva em suas oportunidades de desenvolvimento e participação social ao longo de toda a vida. Em sociedades caracterizadas por desigualdades sociais e regionais, uma minoria decide e controla; e a maioria acata e se submete.

As sociedades democráticas do terceiro mundo, das quais somos a expressão mais fiel, vivem uma contradição básica: de um lado, a manutenção do sistema de classes sociais, no qual se inserem, evoluem e se firmam as desigualdades sociais; do outro, a defesa da cidadania, que afirma e proclama uma igualdade básica entre os cidadãos, decorrente do direito de todos participarem e usufruírem de direitos civis, políticos e sociais na comunidade nacional.

Politicamente nossa sociedade é democrática: todos temos essencialmente o mesmo valor? A resposta é não, porque a nossa sociedade em que pese seus fundamentos democráticos é marcada por profundas desigualdades sociais. Estas influem decisivamente nos processos de participação social . Isto é um problema político, pois afeta a coletividade como um todo.

2.4 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O fundamento filosófico e político da democracia é a crença na igualdade essencial entre as pessoas. Aos iguais serão concedidos direitos iguais, devendo estar escrito na Constituição do País a igualdade de direitos.

A diretriz maior desse princípio fundamental é o direito de igual participação política para todos, independente da fraqueza ou da força econômica dos membros da sociedade. Através de muitas lutas, o direito de participação política foi sendo ampliado, eliminando-se gradativamente as restrições impostas à participação de alguns segmentos sociais. O sufrágio universal é a melhor e maior expressão moderna dessas lutas, porém, não a única.

Entretanto, as desigualdades sociais tornam a democracia imperfeita e incompleta, em razão de concentrar nas mãos de uma minoria as melhores e maiores oportunidades de participação e de decisão política. A simples observação de nosso congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais permite constatar que para lá vão aqueles que tiveram maiores oportunidades de participação social e econômica nos bens e serviços produzidos por toda a sociedade, salvo raras exceções, que geralmente viram folclore. Na disputa por oportunidades políticas e sociais a competição é imperfeita, geralmente ganha quem amealhou mais vantagens desde o berço.

Felizmente, numa democracia a participação não está restrita à ação político-partidária ou à participação eleitoral, embora estas sejam fortemente influenciadoras na distribuição das oportunidades de participação na sociedade.

A livre manifestação de pensamento e de opinião seja individual ou grupal é uma forma de participar. Ela pode ter variadas formas de expressão escrita ou falada e ser evidenciada sob diferentes modalidades de ação e participação; Pode ser exercida na família, na vizinhança, na comunidade, no trabalho, na escola, etc; Tem incidência individual ou grupal e finalidades múltiplas; quando coletivas assumem formas as mais variadas, que vão desde um comício (participação informal e eventual) à integração em uma associação comunitária (participação formal e permanente). Em qualquer das formas de participação, objetivos são traçados e o trabalho do indivíduo ou do grupo se realiza no sentido de alcançá-los. Porém, ao somar forças, o trabalho organizado potencializa vantagens como o fortalecimento da convivência comunitária, o desenvolvimento do espírito de luta, a obtenção de informações e a agilização de soluções.

A participação em movimentos organizados pelas camadas de mais baixa renda, tem propiciado a conscientização de um número cada vez maior de pessoas, gerando a formação de novas associações. O direito à livre associação e reunião está assegurado para todos, na Constituição, como um dos direitos fundamentais da pessoa humana.

2.5 - DESIGUALDADES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO

A experiência comprova que a “grande massa silenciosa dos despossuídos e marginalizados” não tem clareza suficiente de que a participação social pode contribuir para mudar suas vidas. Existem muitas constatações empíricas dessa realidade. Os pobres sofrem a severa limitação de nenhuma ou quase nenhuma educação e conformam-se com as dificuldades de acesso ou a má qualidade dos serviços que lhes são oferecidos.

A maioria do povo está não somente em desigualdade social mas em desvantagem na participação política com relação a outros grupos sociais, como empresários, banqueiros, políticos, profissionais liberais e outros. Sofrem a angústia do imediatismo e seus horizontes circunscrevem-se à satisfação de necessidades de sobrevivência. Concentram toda a sua energia na luta pela sobrevivência.

Conforme Sérgio Abranches¹, “ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as suas energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material. (...) As pessoas muito pobres, que consomem a maior parte de suas energias apenas para sobreviver por um triz, não podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade.” Por isso, tornam-se, freqüentemente, presas fáceis de manipulação, bem ou mal intencionada.

Conforme afirma o Prof. Danilo Gandin² “a participação é hoje um conceito que serve a três desastres extremamente graves: a manipulação das pessoas pelas autoridades, através de um simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o conseqüente desastre da idéia e a falta de compreensão do que realmente seja a participação.”

A experiência comprova também que no seio dessa massa silenciosa e letárgica emergem lideranças com pequeno preparo intelectual, insatisfeitas com a situação em que vivem, conscientes das desigualdades que enfrentam e com grande poder de mobilização social. Passam a exercer liderança sobre o grupo ou comunidade em que vivem e influem na organização e no trabalho comunitário. Nasce, assim, um pequeno grupo organizado, composto de indivíduos pauperizados, aparentemente sem nenhuma força política, com atuação adstrita a um território. A fonte de toda a ação é a insatisfação com as condições de vida e suas reivindicações são específicas, tendo altíssimo potencial mobilizador. Mobilizam-se com rapidez para questões que consideram urgentes e pontuais: o alistamento em frentes de serviço, a distribuição de cestas básicas, a distribuição de material de construção, etc., ações que na visão das comunidades pauperizadas atendem e suprem suas carências imediatas. Essa realidade é condicionante dos processos de mobilização e a participação social em nosso meio, sobretudo na zona rural.

Sendo compreensível que as associações ou conselhos comunitários tenham essa origem, é possível desenvolver um trabalho de conscientização e participação

¹ Abranches, Sérgio Henrique. Política Social e Combate à Pobreza. Jorge Zahar Editor, 1994

² Gandin, Danilo. Prática do Planejamento Participativo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

social que permita à população pobre realizar um salto qualitativo e incorporar em seu horizonte de vida e trabalho, necessidades e lutas outras além da imediata sobrevivência. As associações comunitárias não são, entretanto, as únicas entidades a congregarem estes indivíduos, que buscam também instituições corporativas como sindicatos e federações de trabalhadores, ou movimentos sociais, estes, geralmente, acima dos interesses focais de uma comunidade, constituindo grupo fortemente organizado em torno de um tema dominante de alto poder mobilizador, como o MST- Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto, etc. Há, ainda, a alternativa de associação com objetivos de otimizar a produção e comercialização de pequenos produtores, originando as empresas associativas, estas muito estimuladas pelo INCRA na área rural, especialmente entre os assentados do processo de reforma agrária; e, também, cooperativas de trabalhadores de um determinado setor ou ramo de produção, com os objetivos tradicionais do cooperativismo. “ ... É conveniente lembrar que a força do grupo muitas vezes compensa a fraqueza dos indivíduos, o que é especialmente importante quando se trata de indivíduos economicamente fracos ou socialmente marginalizados.”³

Atores sociais de outras classes, impulsionados por identidades de interesses, motivações e visões de mundo, organizam-se em entidades representativas de seus interesses e fundam entidades corporativas (sindicatos e federações profissionais e empresariais), associações temáticas ou de classes e clubes de serviços, com fins filantrópicos. As associações temáticas podem ser do tipo ONG'S – Organizações Não-Governamentais, entidades de natureza privada, sem fins lucrativos, organizadas com o objetivo de assessoramento e suporte técnico-profissional à sociedade civil e ao poder público.

De acordo com Horácio Martins de Carvalho⁴ a participação é : a) um processo de aprendizado e, em se tratando de processo, é contínuo; b) não existe uma forma única de participação, mas diversas expressões, sendo o conceito, por conseguinte, polissêmico; c) o planejamento participativo é um processo de práxis; d) existem

³ Dallari, Dalmo de Abreu. O Que é Participação Política. Abril Cultural/Ed. Brasiliense, 1994.

⁴ Carvalho, Horácio Martins, in Relatório “Planejamento Participativo e Modelos de Gestão Participativa”, elaborado por Eduardo Bezerra Neto, a partir do Painel sob mesmo título da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável. Aridas/1995.

desvirtuamentos do processo participativo, cumprindo para isso superar a linguagem mítica da participação”. Segundo o mesmo autor, “a participação artificialmente imposta de cima para baixo, no contexto de execução das políticas públicas, criou distorções no exercício do processo participativo. Foi estimulada a criação de organizações populares, fazendo-se dessas as vias exclusivas para acesso às fontes de recursos. Com isso originaram-se dois tipos de participação: a) a constrangida (ou induzida); b) a consensuada (ou espontânea). A primeira constitui uma forma artificial e forçada, enquanto que a segunda é espontânea.” Registra o autor que alguns casos de participação constrangida evoluíram para a participação consensuada.

Alguns pontos merecem reflexão quanto às ações futuras⁵: a) ampliar os espaços de mediação; b) reconhecer a polissemia da participação; c) exercitar o processo de consultas e deliberações, envolvendo as representações da sociedade e dos governos.

2.6- DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O processo de descentralização toma impulso em nosso País a partir da Constituição de 1988, quando o processo de distribuição de responsabilidades, e de poder decisório e construção de parcerias se generaliza na comunidade nacional. Aqui não cabe discutir a qualidade e o cuidado na condução desse processo e as limitações e dificuldades que gerou. Muitos são os estudos sobre o assunto e variadas são as constatações empíricas sobre o mesmo.

Deseja-se apenas lembrar que a descentralização como princípio baseou-se na subsidiaridade da ação e da gestão, incluindo responsabilidades e decisões compartilhadas por diferentes níveis de governo e atores sociais. A subsidiaridade se baseia, segundo Sérgio C. Buarque⁶, “ em tudo o que puder ser feito por uma entidade espacialmente menor, como o município ou instâncias locais, não deve ser feito por um organismo maior, como o Estado (UF) ou a União. Os princípios da subsidiaridade consideram que a sociedade local também deve assumir uma função central de

⁵ Carvalho, Horácio Martins. Op. Cit.

⁶ Buarque, Sergio C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. INCRA/IICA, 1998

decisão e gestão, num processo de descentralização do Estado para a comunidade: tudo o que puder ser feito pela sociedade não deve ser realizado pelo Estado (setor público), limitado à responsabilidade pelas atividades que a sociedade não possa realizar (Franco Montoro,1995).” Lembra muito oportunamente o autor que “ o local e o municipal são subsistemas de um sistema mais amplo e global, de tal modo que os problemas e as potencialidades municipais e locais dependem de fatores externos e das condições do contexto. O município e a comunidade constituem cortes importantes de autonomia de gestão, mas devem ser articulados com os macroespaços, demandando um esforço de coordenação, com instância e mecanismos capazes de exercer o papel articulador na distribuição de responsabilidades no espaço, numa espécie de descentralização coordenada.”

3 - CONDICIONANTES SOCIAIS, LEGAIS E INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA

No capítulo em que se indicará a metodologia a ser adotada no processo de organização e participação social e no arranjo institucional que será proposto para a unidade de gerenciamento do Eixo, atuarão com forte influência três condicionantes básicos: a) os condicionantes sociais; b) os condicionantes legais; c) os condicionantes institucionais. A análise desses condicionantes facilitará a compreensão da proposta e do modelo de participação e gestão social indicado por este Programa para o Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí.

3.1 - CONDICIONANTES SOCIAIS

“O verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever.”

(Augusto Comte)

Os estudos sócio-econômicos desenvolvidos na fase dos Estudos Básicos do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, reuniram um conjunto de dados diretos e indiretos sobre as condições de vida da população da área das inversões diretas.

O conhecimento da realidade sócio-econômica da população desta área é fundamental para o planejamento, execução e avaliação do Programa de Participação Social.

Na elaboração do Programa de Participação Social recorreu-se aos dados do Tomo 3 – Estudos Sócio-Econômicos com o objetivo do total conhecimento de algumas variáveis condicionantes, de importância fundamental para a sua implementação.

As variáveis selecionadas exprimem condicionantes essenciais para o envolvimento e a participação social na área:

- 1º) como indicadores da situação educacional, o percentual de analfabetos e percentuais de escolarização básica (1º grau);

- 2º) como indicadores da situação de saúde, a taxa de mortalidade infantil e as doenças mais comuns presentes na área;
- 3º) como indicador do padrão de vida, a renda familiar;
- 4º) como indicador do acesso a recursos e serviços, a infra-estrutura de equipamentos sociais na área;
- 5º) como indicadores das expectativas de vida, a qualificação profissional (atual e a desejada), as expectativas de melhoria de vida e as relativas ao Projeto;
- 6º) como indicadores da vida associativa, as organizações comunitárias e as ONG's sediadas na área.

3.1.1 - Indicadores Educacionais

Constatou-se que a população escolarizável da área encontra-se aquém da medida mínima preconizada pela UNESCO em termos de população alfabetizada, além de baixa incidência de pessoas com formação escolar mínima (1º grau completo), conforme observa-se no Quadro 3.1 a seguir.

Quadro 3.1 - Indicadores Educacionais na Área das Inversões Diretas

Município	% de Analfabetos	% de Alfabetizados	% de escolarizados a nível de 1º grau	
			Incompleta	Completa
Aracati	30,76	17,52	48,29	1,28
Icapuí	32,44	17,55	37,23	6,38
Jaguaruana	49,25	8,95	35,82	1,49

Fonte: Pesquisa Direta/1998

Na área do Projeto, o Programa de Participação Social deve levar em conta a realidade educacional da população como forte condicionante, uma vez que entre 80% a 90% das pessoas sequer concluíram o 1º grau. As visões de mundo e os horizontes pessoais e grupais podem restringir-se excessivamente a aspirações localizadas e isoladas, dificultando visões e iniciativas estratégicas, pela ausência de conhecimentos, experiências e compreensão de variáveis dos contextos regionais e globais.

3.1.2 - Indicadores de Saúde

Há uma tendência histórica de queda da taxa de mortalidade infantil nos municípios de Aracati, Icapuí e Jaguaruana, mas esta tendência está ameaçada na área do Projeto pela persistência das más condições de saneamento básico, habitação e educação da população local⁷.

Entre as doenças mais comuns, Quadro 3.2, destacam-se aquelas que poderiam ter sido evitadas por imunizantes, doenças relacionadas à má nutrição, doenças de origem hídrica e as decorrentes da má higiene pessoal.

Quadro 3.2 - Indicadores de Saúde na Área das Inversões Diretas

Municípios	Taxa de Mortalidade Infantil (%)				% Doenças mais comuns nas famílias pesquisadas na Área das Inversões Diretas
	1994	1995	1996	1997	
Aracati	51,3	37,6	35,4	22,0	Doenças Imunopreveníveis – 19,04% Anemia – 18,89% Gripes (Resfriados) - 14,83% Cáries Dentárias – 10,11% Verminoses – 9,81% Diarréia/Vômitos – 7,30% Pediculose – 6,12%
Icapuí	48,3	42,4	23,0	16,1	
Jaguaruana	93,3	41,2	34,1	43,7	

Fonte: Pesquisa Direta/1998

Na área do Projeto o Programa de Participação Social deve levar em conta também a realidade de saúde da população como forte condicionante para o trabalho de motivação e mobilização social, uma vez que a incidência de doenças de veiculação hídrica e alimentar(diarreia/vômitos e verminoses), bem como doenças relacionadas com a higiene pessoal podem ser eliminadas com a oferta de água de boa qualidade. Os horizontes pessoais e grupais podem ampliar-se com a eliminação de doenças e elevar o nível de aspirações das pessoas, facilitando visões e iniciativas coordenadas com outros setores, programas e projetos na área de saúde e saneamento básico.

⁷ Tomo 3 – Estudos Sócio-Econômicos – pág. 38 a 49 e 50 a 55.

3.1.3 - Indicadores do Padrão de Vida – Renda dos Membros das Famílias Pesquisadas

Existe na área do Projeto um volume significativo de pessoas em situação de completa pauperização, auferindo baixíssimos salários.

Registra-se, ainda, uma má distribuição de renda: 42,5% da população ganha até 1 salário mínimo mensal (R\$ 130,00); 39,2% auferem entre 1 a 3 salários mínimos mensais; e apenas 6,66% ganham mais de 8 salários mínimos mensais.

Teoricamente, as baixas rendas atuam como condicionante negativo para o projeto que necessita viabilizar-se econômica e financeiramente. Entretanto, as pesquisas diretas revelaram que a população, indistintamente do nível de renda e da condição de proprietário ou não, está disposta a pagar pela água consumida; essa disposição é mais forte entre os proprietários, dos quais 93%(trechos I e II) e 100% (trecho III) nutrem a expectativa de serem irrigantes do Projeto (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 - Disposição para pagar pela água consumida

Trecho (1)	% de dispostos a pagar pela água consumida
Trecho I	70,8
Trecho II	100,0
Trecho III	93,3

(1) Ver Parte II – Tomo 3 – Estudos Sócio-econômicos

Fonte: Pesquisa Direta/1998

A questão colocada à população tem suas limitações, uma vez que não se ofereceu e nem poderia se oferecer ainda o valor da tarifa que seria cobrada. Supõe-se que a população respondeu com base no conhecimento do padrão tarifário praticado pela CAGECE ou FNS nas sedes urbanas. Entretanto, deve-se esperar que na fase de operação ocorra um certo percentual de inadimplência por parte da população, tendo em vista justamente as baixas rendas. A questão colocada diante dos entrevistados, isto é, sobre as condições atuais para pagamento da água consumida, oferece dados sobre essa possibilidade, especialmente nos trechos I e II (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 - Condições financeiras atuais para pagar pela água consumida

Trecho (1)	% dos que afirmaram ter condições financeiras para pagar pela água consumida
Trecho I e II	48,0
Trecho III	97,6

(1) Ver Parte II – Tomo 3 – Estudos Sócio-econômicos

FONTE: Pesquisa direta/1998

Na hipótese de ocorrer inadimplência, os entrevistados foram indagados que alternativa utilizariam para pagar a água consumida.

Quadro 3.5 - Disposição para pedir empréstimo para pagar a água consumida

Trecho (1)	% dos dispostos a pedir empréstimo para pagar pela água consumida
Trecho I	37,5
Trecho II	100,0
Trecho III	100,0

(1) Ver Parte II – Tomo 3 – Estudos Sócio-econômicos

FONTE: Pesquisa direta/1998

Os usos para a água (irrigação, abastecimento doméstico e abastecimento de rebanhos) são equivalentes em todos os trechos pesquisados.

A grande escassez de água potável na área do Projeto é fator limitante ao seu desenvolvimento sócio-econômico. As baixas rendas decorrem das limitadas possibilidades produtivas de pequenos e médios proprietários, que sem capital para investir na captação de água em suas propriedades sofrem as agruras de depender das condições climáticas, fato refletido no contexto de pobreza generalizada em toda a região. É o círculo vicioso da pobreza rural que tem chances de ser revertido com as ações do projeto. Por essa razão, a oferta d'água que será viabilizada pelo Eixo é de um extraordinário potencial mobilizador de pessoas, grupos, instituições e empresas, porque é uma solução concreta que se apresenta à população ali residente e responde a uma necessidade imediata de todos, ricos ou pobres. Devido à elevada expectativa que se formou em torno do Eixo de Integração Jaguaribe- Icapuí e para que não haja decepções e frustrações em relação ao Projeto, a equipe de implementação do Programa de Participação Social deve conduzir a discussão local e contribuir para o melhor encaminhamento das seguintes questões:

- a) Prioridades de atendimento;
- b) Valor da tarifa;
- c) Operação do Sistema.

3.1.4 - Acesso a Equipamentos Sociais

O acesso aos equipamentos sociais pode ser facilitado ou dificultado por dois meios:

- a) Existência ou ausência de ruas/estradas;
- b) Existência ou ausência de edificações para atendimento das diversas demandas sociais.

Na área do Projeto, os acessos à pré-escola, escola de 1º grau, posto/centro de saúde, farmácia, igrejas, lazer, jogos esportivos, associações/conselhos comunitários, comércio, telefones públicos, transportes, estão acessíveis à população em praticamente toda a área estudada, sendo o trecho correspondente à Jaguaruana o menos assistido.

Faltam, entretanto, escolas de 2º grau, ensino supletivo, oportunidades de alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes; ausência em toda a área de serviços odontológicos, farmácia e postos policiais, entre outros.

As localidades (povoados) que centralizam o espaço rural, carecem de um padrão mínimo de infra-estrutura física e espacial que lhes permitam desfrutar e oferecer às populações no seu entorno um certo grau de conforto urbano. Esta fraca estruturação dos povoados contribui para uma menor socialização entre os habitantes do lugar e para o empobrecimento dos laços de vizinhança entre os próprios residentes nesses núcleos semi-urbanos e os habitantes de sítios e fazendas no seu entorno. Como constatado no Estudo de Impactos Sociais⁸ “observa-se um débil relacionamento vicinal e pouca tradição cultural, traduzida por festas e eventos temáticos, estando estes aspectos referenciados a partir da sede urbana de cada município.” Por isso, a visão de desenvolvimento local deve ser trabalhada pelo Programa de Participação Social no processo de reflexão/ ação sobre as seguintes questões: a) o papel do

⁸ Estudos de Impactos Sociais – Parte III, Tomo II, Volume I)

povoado ou vila e sua função de centralidade do entorno rural, isto é, sua função como o lugar de convergência e socialização das vizinhanças; b) a identificação de problemas e carências na escala do povoado e na escala do entorno rural; c) a identificação de como todas as atividades associativas e as parcerias, e cada uma em particular, podem contribuir, e de que forma, para promover soluções adequadas aos melhores interesses comunitários e à participação e gestão social do Eixo de integração; d) a elaboração comunitária de um conjunto de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos de desenvolvimento local, de animação da vida comunitária e de sustentabilidade do Projeto.

3.1.5 - Associativismo

Nos trechos pesquisados, isto é, estritamente na área do Projeto, foram localizadas diversas entidades associativas, entre as quais algumas não registradas/cadastradas na Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Trecho 1 - Do Rio Jaguaribe à Lagoa dos Passa:

1. Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado de Jaguaruana;
2. Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Jaguaruana e Sítio Curralinho;
3. Associação dos Irrigantes do Baixo Jaguaribe;
4. Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento Bela Vista;
5. Associação Comunitária do Córrego do Machado e de Lagoa Vermelha.

Trecho 2 - De Antonópolis à Lagoa dos Passa:

1. Associação Comunitária do Distrito São José;

Trecho 3 - Da Lagoa dos Passa até Peixe Gordo/Manibu/Barrinha:

1. Associação Cooperativista Cajazeiras /Boa vista – PA Cajazão;
2. Associação Cooperativista Novo Paraíso – PA Mundo Novo;
3. Associação Cooperativista PA Campos Verdes;
4. Associação Comunitária de Cajazeiras;

5. Associação dos Moradores de Manibu;
6. Associação dos Moradores de Gravier;
7. Associação dos Moradores de Córrego do Sal;
8. Associação dos Moradores de Gravier;
9. Associação dos Moradores de Peixe Gordo;
10. Associação dos Moradores de Cacimba Funda;
11. Associação Cooperativa de Mata Fresca;
12. Associação dos Moradores de Quixaba dos Paulo e Adjacências- Sítio Junco;
13. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata Fresca
14. Associação dos Moradores de Barrinha;

Na pesquisa realizada nas propriedades rurais, indagou-se, mediante amostragem aleatória simples, a participação dos entrevistados em atividades associativas e com que freqüência participavam de reuniões, os resultados podem ser observados no Quadro 3.6.

Quadro 3.6 - Grau de Associativismo dos Entrevistados

Especificação	Trechos I e II %	Trecho III %
Sócio de alguma cooperativa	12,5	18,2
Pertence a algum sindicato/associação	33,3	45,5
Com que freqüência participa das reuniões:		
Semanal	-	13,3
Quinzenal	-	6,7
Mensal	44,5	66,6
Trimestral	22,2	-
Semestral	11,1	6,7
Anual	22,2	6,7

Sabe-se que um indivíduo pode pertencer a diferentes grupos e associações, variando a escala de abrangência dessas entidades; mas ele não pertencerá a mais de uma comunidade, salvo quando esta comunidade for um membro menor de uma comunidade maior, da qual também será membro. É sumamente importante para o

Programa de Participação Social conhecer em detalhes as redes de filiação e solidariedade entre as diversas associações locais, entre estas e outras formas associativas fora da área. Este conhecimento pode contribuir para buscar ou reforçar a indispensável sinergia entre as entidades associativas locais, bem como, com as entidades de fora da área, para a construção ou consolidação de parcerias.

3.1.6 - Expectativa de Vida

A participação em treinamentos profissionais ainda é incipiente em toda a área do Projeto. A mobilização para a capacitação profissional é baixa, havendo por conseqüência reduzido percentual de pessoas treinadas em toda a área das inversões diretas: 14,1% da população.

Com relação ao desejo de participar de cursos profissionalizantes, apenas 33,3% da população da área do Projeto manifestou o interesse em se capacitar, o que indica a necessidade de estimular este aspecto tão importante para implementação de ações de melhoria de qualidade de vida de indivíduos, de famílias e de comunidades.

Não obstante as dificuldades de sobrevivência e a ausência de perspectivas concretas, as famílias nutrem uma expectativa positiva de melhoria de qualidade de vida.

No que se relaciona ao Projeto, foram ouvidos os proprietários ou seus representantes, constatando-se que a maioria absoluta já ouviu falar do mesmo, havendo expectativas positivas em relação aos seus benefícios para a população da área das inversões diretas. Esses benefícios estão relacionados com a expectativa da oferta de água de boa qualidade, sobretudo para a agricultura, cujos resultados esperados para a região é a melhoria da renda e do emprego. A frase mais comum, ouvida pelos pesquisadores foi: "onde tem água tem riqueza!".

Indagados sobre o que era mais importante para a melhoria de vida, a população pesquisada pronunciou-se da forma apresentada no Quadro 3.7.

Quadro 3.7 - O que é mais importante para que você melhore de vida?

Respostas	% Entrevistados Trecho I	% Entrevistados Trecho II	% Entrevistados Trecho III
1ª mais importante: Permanecer na área e beneficiar-se do canal	95,8	71,4	40,9
2ª mais importante: Assistência médica e odontológica	86,9	80,0	75,1
3ª mais importante: Melhores condições de moradia	-	80,0	-

Fonte: Pesquisa Direta/1998

3.2 - CONDICIONANTES LEGAIS

Conforme o Termo de Referência para a "Elaboração de Estudos e Projetos do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí", anexo ao Edital de Licitação, que objetivou a preparação do Projeto Piloto para o referido Eixo, no item correspondente à elaboração do Programa de Participação Social, afirma-se que "é preciso levar em conta a concepção do SIGERH. Este considera a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos. São representados na co-gestão da bacia, irrigantes, pescadores, vazanteiros, órgãos governamentais e não-governamentais. No caso específico do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, localizado na Bacia do Rio Jaguaribe, é necessário que seja levado em consideração a mobilização dos diversos usuários governamentais e não governamentais de toda a bacia, a qual foi motivada pela situação crítica que apresentavam os açudes Orós e Banabuiú, responsáveis pela perenização dos vales Jaguaribe e Banabuiú que na época(29/07/94) contavam, respectivamente, com 25% e 22% de suas capacidades de acumulação."⁹

⁹ PROGERIRH. Termo de Referência para a Elaboração de Estudos e Projetos do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, Abril, 1997.

"Face a estas peculiaridades o Projeto Executivo de Participação Social deverá ter no Eixo de Integração a unidade de atuação com representatividade junto ao SIGERH e adotar como princípios operacionais:

- As formas de participação nos processos de decisão;
- A metodologia de organização e participação social;
- O Envolvimento da Sociedade em Geral;
- A representação e sua legitimidade."¹⁰

Indiscutivelmente a orientação dos Termos de Referências está correta, porque respeita a dinâmica da organização social já existente na Bacia do Baixo Jaguaribe, onde o Projeto Piloto se insere. Essa dinâmica desenvolve-se segundo o princípio básico de respeito às formas participativas já existentes e compatibiliza-se com a concepção e metodologia de participação social adotada pela COGERH, que a vem implantando ao longo de 4 anos consecutivos. O modelo de participação e co-gestão em processo de desenvolvimento no Vale do Jaguaribe-Banabuiu, está inspirado na Lei 11.996 de 24/07/92, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos-SIGERH. Este, baseia-se na nos princípios de “descentralização coordenada” e subsidiaridade na gestão dos recursos hídricos, mediante um sistema de colegiados de coordenação e participação, com finalidades consultivas, de assessoramento técnico e deliberativas, hierarquizados segundo níveis de complexidade ascendente, isto é, do nível local (Comitês de Bacias Hidrográficas-CBH) ao nível central (Conselho de Recursos Hídricos do Estado do Ceará). Essa configuração do SIGERH corresponde aos princípios de integração, descentralização e participação preconizados na Lei para a gestão dos recursos hídricos, ora implementados pela COGERH naquela área:

"c) a gestão dos recursos hídricos tomará como base a bacia hidrográfica e incentivará a participação dos municípios e dos usuários de água de cada Bacia;" (Art. 2º-III- Princípios de Gestão- Lei 11.996).

¹⁰ PROGERIRH.Op.Cit.

Considerando o exposto e, em face dos princípios organizativos e participativos da Lei, o Projeto Executivo de Participação Social deverá ter no Eixo de Integração a unidade de atuação com representatividade junto ao SIGERH, respeitando a dinâmica de participação e co-gestão já existentes na área. Portanto, a unidade de gerenciamento proposta para o Eixo de Integração, deverá levar em conta as formas de organização social dos diversos usuários existentes nas comunidades ao longo de seu traçado e integrará as representações institucionais governamentais e não governamentais em sua área de influência imediata, interligando-se estrategicamente ao Comitê do Baixo Jaguaribe como a unidade de gestão descentralizada do SIGERH.

3.3 - CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS: A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA SRH

“Uma metodologia de trabalho envolve fundamentos teóricos, análises e práticas; como também crenças, sonhos e possibilidades de exercer alterações numa realidade social. Isto significa que a opção metodológica está estreitamente relacionada com a concepção que se tem da realidade específica em questão e com a realidade global no âmbito de uma Sociedade.”

(Unidade de Mobilização da SRH)

À Secretaria dos Recursos Hídricos, criada pela Lei Estadual Nº 11.306 de 01/04/87, incumbe o aproveitamento racional e integrado dos recursos hídricos do Estado, cabendo-lhe coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, projetos, obras, produtos e serviços tocantes a recursos hídricos, promovendo a articulação dos órgãos e entidades estaduais do setor, com os federais e municipais.”¹¹

A Secretaria é “cabeça de sistema” no tocante ao Sistema Integrado de Recursos Hídricos do Ceará – SIGERH.

¹¹ Art. 6º da Lei Nº 11.306 de 01/04/87.

Na realização de sua missão institucional, a SRH promove estudos e projetos no âmbito das obras hidráulicas e da irrigação, implanta e supervisiona obras de barragens, captação, adução, drenagem, preservação e proteção contra enchentes, entre outros; na área de gestão dos recursos hídricos, planeja, administra e controla o uso, oferta e preservação dos recursos hídricos, mediante a ação de suas Gerências e a ação dos Órgãos Vinculados e Colegiados do SIGERH.

De acordo com o espírito da Lei, a SRH tem por missão a coordenação central de um sistema de gestão descentralizada, integrada e participativa na área de recursos hídricos do Estado do Ceará.

Para tanto, constituiu equipes voltadas para implementação de metodologias de mobilização, participação e gestão social, nas seguintes áreas:

- 1º) construção e implantação de Barragens e Agrovilas;
- 2º) gerenciamento Integrado de Bacias Hidrográficas, Vales Perenizados e Açudes.

Na primeira área de atuação encontra-se à frente a Unidade de Mobilização, Participação e Promoção Social, órgão de estrutura direta da SRH.

A segunda área de atuação está sob a coordenação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, órgão vinculado à SRH.

Ambas têm etapas metodológicas semelhantes, embora objetivos e amplitudes de trabalho diferentes: a primeira destina-se a uma atuação localizada, adstrita e pontual; a segunda trabalha com enfoque regional e sistêmico. No que se refere à ação diagnóstica e a implementação de ações de mobilização e participação, a ação da COGERH é a de não indução, o que leva a uma diferenciação nos modelos institucionais de implementação da participação social praticados pela SRH. Enquanto a Unidade de Mobilização Social desenvolveu um modelo baseado numa proposta de organização dos atingidos, composto por um Comitê de Apoio (CARPA) e Instituições Sócio-Econômicas (ISCAS), induzindo a sua criação nas áreas atingidas pela

construção de barragens e agrovilas, a COGERH trabalha estritamente dentro das alternativas oferecidas pelo SIGERH. Para uma melhor compreensão dessas duas formas de atuação da SRH, consideradas pelo órgão como experiências de participação social exitosas nos seus respectivos campos, apresenta-se algumas informações básicas extraídas de publicações dos referidos órgãos:

3.3.1 - Unidade de Mobilização, Participação e Promoção Social

- Objetivo Geral:

Mobilizar a população atingida pela construção das barragens, para uma participação efetiva da mesma no processo de construção e seus desdobramentos, e assim, propiciar oportunidade para uma autêntica promoção social buscando, enquanto possível, envolver a sociedade local no mesmo processo, visando a consecução uma nova “práxis” social que conduza à elevação da qualidade de vida principalmente dos reassentados das agrovilas.

- Objetivos Específicos:

- Informar os moradores e proprietários atingidos com a construção das barragens, bem como os poderes executivo, legislativo e judiciário e os demais segmentos da sociedade local sobre o processo da construção e seus desdobramentos. Mobilizar os referidos segmentos para a participação no acompanhamento das obras e, com a devida preparação, organizar o CARPA (Comitê de Apoio ao Reassentamento e à Preservação Ambiental), instituição voltada para a legítima representação e defesa dos direitos sócio-econômicos dos atingidos e para o efetivo exercício de sua cidadania;
- Criar espaços para a formação e organização da cultura, envolvendo neste processo a conscientização, a conquista de uma nova visão de mundo, a dinamização da vida em comunidade, a recuperação de valores culturais próprios, a apropriação de novos hábitos nas atitudes

individuais e coletivas: na relação das pessoas com a natureza (educação e preservação ambiental), no uso dos recursos hídricos e de outros recursos naturais, no atendimento das necessidades fundamentais e na criação de condições básicas para a participação em um processo de desenvolvimento sustentável;

- Encaminhar a criação da ISCA (Instituição Sócio-Comunitária das Agrovilas) incrementando nos moradores das agrovilas o espírito de associativismo e assessorando-os em seu processo de organização comunitária na ISCA, na criação de instrumentos de participação e de gestão de projetos comunitários e de parcerias que visualizem a elevação da renda das famílias e do conjunto social;
 - Participar de atividades pontuais com: a Unidade de Desapropriação, Indenização, Cadastro e Reassentamento, a DICAR, o PROÁGUA, o PROGERIRH, a COMISA, a COGERH e a SOHIDRA, com vistas a uma maior integração das ações no âmbito da Secretaria dos Recursos Hídricos;
 - Subsidiar, com informações, a Gerência de Desenvolvimento Sustentável e operacionalizar atividades de programas por esta coordenada;
 - Orientar, assessorar e acompanhar os monitores de campo nas suas atribuições que dizem respeito ao trabalho da Unidade de Mobilização, Participação e Promoção Social;
 - Preparar emocional e efetivamente os moradores para o processo de transferência para a agrovila e gerenciar o remanejamento desta população a ser reassentada;
 - Desenvolver um sistema de acompanhamento e de avaliação da população reassentada.
- Princípios Metodológicos:
 - Respeitar as pessoas reconhecendo-as e tratando-as como capazes de, num processo de formação, pensar e agir com autonomia;

- Assumir os técnicos a convicção prática de que mesmo sendo fundamental o seu papel no processo, a principalidade é das pessoas atingidas;
 - Acreditar que é normal as pessoa terem limitações, conflitos e contradições, mas que são capazes de superar-se a si mesmas no enfrentamento de tais coisas, desde que encontrem estímulos e a necessária ajuda;
 - Ter visão de processo. Entender que uma mudança exige tempo, paciência histórica, objetividade, persistência e método;
 - Respeitar a cultura do povo, não impondo o seu modo de ser ou de pensar, mas ajudando-o a criticamente organizar sua cultura, se necessário, transformar seus valores atuais e/ou a criar novos valores e novas atitudes;
 - Ter clareza dos objetivos da interferência e, na dinâmica do processo, persegui-los com afinco;
 - Entende-se a Mobilização, Participação e Promoção Social como um processo de ação e reflexão (práxis). Supõe-se que se gaste tempo com estudos, com planejamento e avaliação sistemática, para uma real apropriação de conhecimentos e maior possibilidade de acertos, como resultado do trabalho.
- Procedimentos Metodológicos:
 - Visita às Famílias;
 - Visita às Lideranças da Sociedade Organizada;
 - Audiência com autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, como também com autoridades da sociedade civil;
 - Reuniões com moradores;
 - Reuniões com representantes da sociedade civil e dos poderes executivo e legislativo;
 - Reuniões gerais com lideranças e segmentos diversos;
 - Contatos informais com moradores, proprietários e lideranças;
 - Assessoria à pessoas e grupos em ações e em projetos;

- Confeção e apresentação de material visual como cartazes, transparências, vídeo, etc.;
- Socialização de técnicas de dinâmica de grupo e de apropriação de conhecimento;
- Elaboração e apresentação de cartilhas de informação e de orientação para provocar reflexões sobre questões relacionadas à vida em comunidade, a ações concretas ligadas a natureza do trabalho coletivo como: formação de grupos, formação de associações, elaboração de projetos para pedido de ajuda na realização de ações comunitárias, etc;
- Elaboração de Estatutos ou de outros documentos de apoio à organização da população no encaminhamento de soluções para seus problemas;
- Incentivo e colaboração na organização do hortas, farmácia viva e outras construções comunitárias;
- Festas e outras formas de celebrar a alegria da vida em processo de promoção social.

3.3.2 - COGERH

- Objetivo Geral:

Promover o processo de organização dos usuários, como principal elemento da Política Estadual de Recursos Hídricos, criando espaços de discussão e deliberação relativos a utilização mais racional e eficiente da água, sensibilizando os usuários da necessidade de perceber a água como um bem econômico, um elemento vital, escasso e essencial para o desenvolvimento, devendo portanto ser gerenciada de forma integrada, descentralizada e participativa.

- Objetivos Específicos:

- a) Conhecer a realidade de cada região identificando as organizações existentes e seus respectivos níveis de relacionamento interinstitucional.
 - b) Apoiar a formação de organizações de usuários, respeitando as especificidades de cada realidade, enquanto espaço de negociação social, com o intuito de resolver os eventuais conflitos que venham a acontecer em função dos múltiplos usos que a água possui.
 - c) Dotar os usuários de informações e elementos para que possam ter uma visão global e integrada da problemática dos recursos hídricos.
 - d) Assessorar as organizações de usuários no que se refere a elaboração de uma proposta de planejamento e gestão dos recursos hídricos, de forma integrada que privilegie um processo de desenvolvimento sustentável.
 - e) Organizar os usuários de água, nos diversos níveis, para que estes possam acompanhar as ações governamentais evitando distorções quanto ao destino das obras hídricas públicas.
 - f) Reordenar a política de ocupação das bacias hidrográficas dos açudes públicos.
 - g) Envolver as organizações de usuários na construção de um processo de co-gestão das bacias hidrográficas, através da criação dos Comitês de Bacia.
- Princípios Metodológicos:

A proposta de organização dos usuários na perspectiva de uma metodologia participativa está interrelacionado necessariamente a fatores como:

- a normatização dos diversos usos da água;
- o estabelecimento de regras flexíveis a mudanças de acordo com as demandas dos grupos sociais;
- a mediação institucional sistemática dos conflitos que procure estabelecer o consenso por meio do diálogo, capaz de gerar credibilidade e legitimidade do sistema institucional junto aos usuários.

- **Estratégia de Atuação:**

A bacia hidrográfica é adotada como unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos, entretanto, devido as especificidades econômicas, sociais e culturais que caracterizam os diversos usuários de uma mesma bacia hidrográfica, torna-se fundamental definir etapas progressivas no processo de apoio a organização destes usuários.

- **Diagnóstico:**

Dentro da proposta de intervenção para uma determinada área o passo inicial é o diagnóstico, ele é importante para o conhecimento da realidade onde o técnico irá se inserir, devendo ser encarado não apenas como ponto de partida, mas como elemento permanente na dinâmica do processo de organização.

A fase de diagnóstico não deve ser reduzida a simples coleta de dados por parte do técnico, mas sim, como um processo inicial de discussão junto aos usuários de água, e com eles estabelecer um processo de ação/reflexão/ação sobre a realidade e sua transformação.

- **Contato Inicial com os Usuários:**

O primeiro passo do diagnóstico seria o contato direto do técnico com os usuários, com o intuito de criar um canal de comunicação efetivo, para a obtenção de alguns dados secundários como: a identificação das lideranças, das formas de organizações existentes, etc., e também esclarecer os objetivos do trabalho a ser desenvolvido, bem como motivar a participação dos usuários no processo.

- Cadastro de Usuários:

O cadastro se justifica pela necessidade básica de se conhecer detalhadamente os usuários que compõem a bacia, levantando informações relativas a suas condições sócio-econômicas, área de plantio, volume de água utilizado, culturas exploradas, localização geográfica, etc. Essas informações irão subsidiar a definição das ações a serem implementadas na bacia.

- Situação Fundiária:

Esta etapa seria utilizada basicamente para o conhecimento da situação das terras localizadas na bacia hidráulica dos açudes públicos. Este levantamento teria como objetivo identificar a real situação dessas terras em relação ao processo de desapropriação durante a construção da barragem e verificar as formas como estas vem sendo ocupadas. Estas informações servirão para subsidiar tanto a definição das formas de atuação dos técnicos na área quanto a discussão de um processo de normatização e de reordenamento destas área em torno dos açudes públicos.

- Situação da Estrutura Hídrica:

Uma das premissas básicas para o gerenciamento dos recursos hídricos numa bacia, é conhecer a real situação de sua estrutura hídrica, avaliando as condições dos açudes, canais, etc., para juntamente com os usuários verificar as condições do sistema de oferta de água, discutindo a potencialização do uso destas estruturas hídricas, a necessidade de manutenção, recuperação ou ampliação.

- Levantamento Agro-ecológico:

O levantamento agroecológico possibilitará um melhor conhecimento da área de intervenção enquanto um ecossistema. Este procedimento permitirá identificar os tipos de solos, as culturas utilizadas e as que poderiam ser utilizadas, levantar o potencial poluidor dos agrotóxicos e do despejo de resíduos que estejam ou venham a provocar alterações na qualidade da água, detectar o nível de conservação ambiental, identificando as áreas a serem preservadas e outras que necessitem ser recuperadas, na perspectiva da conservação deste recurso natural vital que é a água.

- Proposta de Reordenamento:

- Discussão do diagnóstico e levantamento de critérios de reordenamento com os usuários;
- elaboração de um projeto técnico de reordenamento;
- discussão do projeto técnico de reordenamento e definição do seu processo de implantação com usuários, instituições governamentais e não governamentais que atuam na área.

- Organização dos Usuários:

Tomando por base as orientações metodológicas, o princípio fundamental para a organização está no respeito à dinâmica social e cultural dos participantes e as suas formas de interação social onde estão explícitos processos de organização informais e, em alguns casos, processos já formalizados como nos casos de associações de pescadores, de produtores, associações comunitárias, cooperativas, etc. A ação técnica da COGERH, nesse sentido, deve ser o fortalecimento dessas formas de organização e a motivação para uma participação efetiva na proposta de gerenciamento da bacia hidrográfica.

- Ação Interinstitucional:

A ação da COGERH enquanto órgão de gestão das bacias hidrográficas estaduais deve ter o caráter essencialmente descentralizado, haja vista, o equívoco das políticas de centralização dos recursos hídricos no Estado.

O princípio básico é o de co-responsabilidade no controle no gerenciamento das bacias hidrográficas, neste sentido, a ação deve estar integrada às diversas instituições municipais, estaduais e federais que atuam nessas bacias.

A criação de grupos de trabalho entre os técnicos da COGERH e as instituições afins deve ser um dos instrumentos importantes para uma ação integrada que venha favorecer o fortalecimento institucional e as tomadas de decisões em comum, no sentido do desenvolvimento integrado das regiões hidrográficas.

Esta ação interativa deve ter como objetivo principal a participação institucional no processo de gerenciamento das bacias hidrográficas através dos comitês de bacia que funcionarão como colegiados responsáveis pela formulação das políticas de desenvolvimento sustentável e conservação das bacias hidrográficas.

- Plano de Desenvolvimento Integrado:

A elaboração e execução de um plano de desenvolvimento auto-sustentado e integrado da bacia deve ter como parâmetros as seguintes etapas:

a - elaboração de planos setoriais de desenvolvimento das diversas organizações de usuários existentes nas Bacias Hidrográficas. Poderia destacar entre estas organizações as associações de usuários, as associações de pescadores, as cooperativas, os distritos de irrigação, etc....

- b - a compatibilização destes em um plano de desenvolvimento integrado da bacia ou sub-bacia hidrográfica, que respeite suas características físicas, ambientais e sociais e potencialize o aproveitamento da água existente, de forma a garantir melhores condições de vida a seus usuários;
- c - ação integrada das instituições afins engajadas nos comitês de bacia capaz de abrir canais diretos de participação e execução dos planos de desenvolvimento aos comitês de bacia nas diversas áreas de interesse de cada instituição.

4 - METODOLOGIA PROPOSTA

“Todo indivíduo tem o direito e o dever de opinar sobre os assuntos e as decisões que afetem seus interesses, assim como sobre tudo que for de interesse comum. É evidente que o direito de opinar não significa apenas a possibilidade de manifestar concordância. O mais importante é justamente o direito de divergir, de discordar, de manifestar oposição. Mas também é necessário saber enxergar o que é bom, o que é conveniente, o que deve ser mantido ou estimulado.”

(Dalmo de Abreu Dallari)

4.1 - DIRETRIZES PARA A COMPATIBILIZAÇÃO DO COM A DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, LOCAL E REGIONAL

“Ao se falar de participação dos cidadãos, deve-se, portanto, salientar que se trata de uma forma de intervenção na vida pública, com uma motivação social que se exerce de forma direta e de um método de governo baseado num certo nível de institucionalização das relações Estado-sociedade.”

(Iana M.C.Passos et ali)

Ficou evidenciado nas reuniões preparatórias com a equipe do PROGERIRH, a preocupação com três aspectos na elaboração da proposta metodológica para o Programa de Participação Social por parte da empresa:

- a) O respeito às formas e dinâmicas de organização social existentes na área;
- b) O conhecimento e possível aproveitamento das experiências da SRH e suas vinculadas nesse campo;
- c) O sentido de aprendizagem no processo.

A metodologia proposta procura atender aos itens mencionados através dos procedimentos metodológicos recomendados.

As diretrizes metodológicas têm um sentido de orientação para a ação, servindo também como guias para a tomada de decisão. A seqüência apresentada não tem sentido de ordem de precedência ou prioridade, pois todas têm igual relevância metodológica.

As diretrizes de compatibilização correspondem a dois cortes da realidade: o **regional**, envolvendo a problemática de gerenciamento integrado da bacia hidrográfica, atualmente em estágio avançado, com o Comitê eleito e estatuto aprovado pelos usuários; e o **local**, envolvendo os atores sociais da área das inversões diretas. Este último será tratado com mais profundidade e detalhes na parte relativa a programação. Propõe-se que os cortes regional e local se articulem para as necessárias compatibilizações de macro-espço, entretanto, as duas abordagens devem ter seus

gerenciamentos autônomos, por corresponderem a dinâmicas e abrangências diferentes em atuação e formulação de ações.

4.1.1 - Diretrizes para a compatibilização com a dinâmica de organização social em nível regional¹²

- Criar espaços de discussão relativa à operação do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí junto ao Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe, especialmente quanto a oferta e demanda de água; a utilização mais racional e eficiente da água; a sensibilização de todos os usuários da necessidade de perceber a água como um bem econômico, um elemento vital, escasso e essencial para o desenvolvimento, devendo portanto ser gerenciada de forma integrada, descentralizada e participativa.
- Articular o Comitê Local Provisório do Eixo de Integração com o Grupo de Trabalho instituído pelo Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe, objetivando dotar ambos os grupos de informações e elementos para que possam: a) ter uma visão global e integrada da problemática da Bacia Hidrográfica e do seu gerenciamento integrado e participativo; b) ter um conhecimento pormenorizado do processo de planejamento e construção das obras hidráulicas do Eixo;

4.1.2 - Diretrizes para a compatibilização com a dinâmica de organização social em nível local¹³

- Incentivar a formação de Comitê Local Provisório de representantes de organizações de usuários diretos na área do Eixo de Integração, respeitando as especificidades desta realidade, enquanto espaço de negociação social e local, com o intuito de viabilizar, a curto prazo, a participação de representantes de usuários no processo de planejamento do Projeto, abrir espaços à participação da sociedade civil organizada e

¹² Atuação mais sintonizada com a metodologia da COGERH, na qual o Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe é instância descentralizada do SIGERH.

¹³ A Atuação local é mais sintonizada com a metodologia da Unidade de Mobilização da SRH;

encaminhar a discussão sobre o modelo mais adequado de co-gestão do Eixo;

- Estabelecimento de regras de convivência e de conduta transparentes no relacionamento entre instituições governamentais e não-governamentais, empresas e associações comunitárias existentes na área das inversões diretas, desde o início do processo participativo, considerando:
 - o respeito às pessoas, reconhecendo-as e tratando-as como capazes de, num processo de participação, pensar e agir com autonomia;
 - a convicção entre os técnicos de que mesmo sendo fundamental o seu papel no processo, a principalidade é dos usuários;
- Gradualidade na estruturação e institucionalização do modelo de gestão social para o Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, com definição clara dos espaços de participação da população em cada momento;
- Evitar a imposição de modelos de associação e gestão social, permitindo que se origine das discussões uma proposta aplicada à realidade local e que possa compatibilizar interesses multi-variados;
- Exercitar com frequência os processos de consultas e deliberações, envolvendo a sociedade civil local, o Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe e o Governo;
- Assessorar as organizações de usuários do Eixo de integração no que se refere a elaboração de uma proposta de planejamento operacional do referido Eixo, de forma compatibilizada com o gerenciamento da Bacia Hidrográfica, que privilegie um processo de discussões e deliberações sobre:
 - a normatização dos diversos usos da água a nível de Eixo de Integração;
 - o estabelecimento de regras flexíveis a mudanças de acordo com as demandas dos grupos sociais a nível de Eixo de Integração;
 - a mediação institucional sistemática dos conflitos de interesses a nível Eixo e da Bacia Hidrográfica, procurando estabelecer consenso por meio de diálogo, capaz de gerar credibilidade e legitimidade ao SIGERH junto a todos os usuários.

- Respeitar a livre manifestação de pensamento e opinião, fortalecendo o princípio da igualdade de direitos;
- Apoiar e fortalecer o princípio da subsidiaridade;
- Organizar os usuários de água, nos diversos níveis, para que estes possam acompanhar as ações governamentais evitando distorções quanto ao destino das obras hídricas públicas;
- Ter visão de processo, entendendo que a intervenção exige tempo, objetividade, método e persistência;
- Respeitar a cultura e as tradições do povo, não impondo valores e crenças, mas estimulando discussões sobre iniciativas estratégicas de mudanças, especialmente quanto ao gerenciamento e preservação de recursos hídricos, o valor da água, combate ao seu desperdício, a conservação do canal e à preservação ambiental;
- Ter clareza quanto aos objetivos da interferência e a dinâmica do processo;
- Flexibilizar o programa para receber contribuições metodológicas dos envolvidos;
- Capacitar os membros do Comitê e da futura unidade de gerenciamento para as novas atribuições e funções.

4.2 - ETAPAS E CONTEÚDOS DA METODOLOGIA PROPOSTA

“Não tenha pressa, mas não perca tempo.”

(José Saramago)

As etapas à implementação do Programa de Participação Social são as seguintes:

1ª ETAPA: MARCO SITUACIONAL:

Fase 1 - Fase de Preparação:

1º Passo: O primeiro passo é realizar os contatos preliminares com lideranças sociais, políticas e empresariais da região de influência do Eixo e do Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe. Por proposta da SRH/PROGERIRH/COGERH, os contatos iniciais deveriam ser conduzidos pela GOGERH e pelo PROGERIRH. Foram realizadas duas reuniões: a

primeira na sede da COGERH (lista de frequência anexa), na qual seriam apresentadas as alternativas de traçado do Eixo e discutidas questões técnicas e de custos pela empresa, com formadores de opinião na região. A COGERH responsabilizou-se pelos convites às lideranças, mas não deixou claro para a empresa os critérios utilizados para a emissão de convites a este grupo seletivo; a segunda reunião ocorreu em Aracati, com a presença dos representantes indicados para compor o Grupo de Trabalho instituído pelo Comitê da Bacia para acompanhamento do processo de planejamento e obras hidráulicas do Eixo de Integração (lista de frequência anexa). A pauta dessa reunião foi idêntica à anterior, isto é, a discussão do traçado das alternativas, questões técnicas e de custos, apresentadas pela Equipe do PROGERIRH e por técnicos da Empresa. Ambas as reuniões cumpriram suas finalidades de: 1º) Contatos iniciais; 2º) Respeito à dinâmica de organização existente no gerenciamento da Bacia do Baixo Jaguaribe; 3º) Apresentação e discussão dos estudos; 3º) Comunicação das expectativas, alternativas e propostas de concepção do Eixo pelos participantes; 4º) Aprendizagem em processo;

2º Passo: Avaliação do 1º Passo- Não realizada.

3º Passo: Retorno ao Grupo de Trabalho instituído pelo Comitê da Bacia do Jaguaribe, com a alternativa reavaliada pela Empresa e informações sobre os próximas etapas.

Fase 2 - Análise de Envolvimento da Sociedade Civil¹⁴:

1º Passo: Reunir Grupo de Representantes de Associações: Convocar representantes das entidades associativas sediadas na área correspondente ao traçado da alternativa selecionado do projeto, para um encontro de lideranças comunitárias, com o objetivo de levantar informações sobre as entidades associativas que representam, as lideranças existentes na área, inter-relações, objetivos, missões institucionais e compreensão mais abrangente da problemática social da área e da oferta e demanda de água; discutir a situação da área com e sem o projeto piloto; na preparação do 1º passo metodológico desta fase, a equipe responsável deve atentar para o fato de que esse grupo é um subconjunto de todos os envolvidos e que são importantes as seguintes questões:

- a) Quem se enquadra na categoria de “envolvidos”? Resposta: Todos os habitantes da área das inversões diretas do Eixo e seus representantes

¹⁴ Utilizando a metodologia da etapa de análise de envolvimento do método ZOPP/METAPLAN.

legítimos, autorizados por mandato a falar e agir em nome de suas entidades associativas, sediadas na área, com ligação direta ou indireta com a problemática de oferta e demanda de água e com interesses sobre o projeto.

- b) Listagem de todos os que possam ser ou vir a ser estratégicos na participação do processo de planejamento, implementação e operação do Eixo de Integração;
- c) Formação de grupo de representantes/delegados para integrar o Comitê Provisório de Acompanhamento do Projeto Piloto;

2º Passo: Reunir Grupo de Representantes de Empresas e Proprietários Rurais:

Convocar representantes das empresas privadas, empresas associativas e grupos representativos de pequenos e médios proprietários rurais, sediados na área correspondente ao traçado da alternativa selecionada do projeto para um encontro de dirigentes de empresas e proprietários rurais desta área, com o objetivo de levantar informações sobre as empresas que representam, dirigentes, inter-relações, objetivos empresariais e compreensão mais abrangente da problemática econômica e social da área e dos problemas de oferta e demanda de água, discutir a situação da área com e sem o projeto piloto; temores, deficiências e potencialidades; na preparação do 2º passo desta fase, a equipe responsável deve atentar para o fato de que esse grupo é um subconjunto de todos os envolvidos e que são importantes as seguintes questões:

- a) Quem se enquadra na categoria de “envolvidos”? Resposta: Todos os empresários e proprietários rurais da área das inversões diretas do Eixo ou seus representantes legítimos, autorizados a falar e agir em nome de suas empresas ou propriedades, sediadas na área, com ligação direta ou indireta com a problemática de oferta e demanda de água e com interesses sobre o projeto piloto.
- b) Listagem de todos os que possam ser ou vir a ser estratégicos no processo participativo de planejamento, implementação e operação do Eixo de Integração;
- c) Formação de grupo de representantes/delegados para integrar o Comitê Provisório de Acompanhamento do Projeto Piloto;
- d) Elaboração da Matriz de Elos Institucionais (modelo proposto apresentado no final deste capítulo).

3º Passo: Avaliação da Fase 2.

Fase 3 - Levantamento Social das Comunidades Rurais¹⁵ no trecho compreendido pelo traçado da alternativa selecionada:

- Determinar os limites das comunidades rurais e seus povoados;
- Fazer um censo doméstico dos lares dos povoados e zonas rurais e suas conexões sociais neste trecho;
- Fazer um censo das instituições públicas, privadas e filantrópicas na área da alternativa selecionada;
- Fazer um mapeamento de cada comunidade abrangida pelo projeto;
- Fazer um mapa de proprietários, arrendatários e posseiros e suas conexões sociais na área abrangida pela alternativa selecionada;
- Confirmar a Matriz de Elos Institucionais; os objetivos desta tarefa são:
 - a) inventariar as conexões sociais existentes nas comunidades abrangidas pelo projeto e identificar de que modo elas afetam as comunidades como um todo;
 - b) identificar os pontos fortes e fracos da vida comunitária e o potencial de sinergia entre as instituições sociais sediadas ao longo do traçado do sistema adutor;
 - c) diagnosticar e avaliar com maior grau de precisão os problemas que podem gerar impactos negativos à sustentabilidade social do Projeto.

Fase 4 - Elaboração do relatório “Marco Situacional”

Fase 5 - Avaliação da 1ª Etapa

2ª ETAPA: CONSTRUÇÃO DO MARCO OPERATIVO PARA O PROJETO PILOTO

1ª Fase - 2º Encontro das lideranças comunitárias e empresariais abrangidas pelo traçado da alternativa selecionada para início do processo de capacitação dos usuários na transposição de bacias, distribuição da água e operação do Eixo:

- a) Apresentação do Marco Situacional;
- b) Discutir com os participantes as seguintes questões preliminares para a operação do Eixo de Integração¹⁶:

¹⁵ Baseado no método de Survey Social de Comunidades Rurais de C.J.Galpin.

¹⁶ Não poderá faltar a esta reunião o responsável pelo setor de planejamento operacional da COGERH.

- O Modelo técnico adotado para a transposição de bacias;
- Prioridades de Atendimento:
 - Abastecimento d'água para consumo humano – localidades prioritárias e estimativa da demanda em m³;
 - Abastecimento d'água para novas áreas de irrigação – localidades e trechos prioritários- estimativa da demanda em m³;
 - Acréscimos de área irrigada para agricultores já irrigantes, estimativa da demanda em m³;
 - Áreas a serem implementadas por empresas âncoras - estimativa da demanda em m³;
- Operação do sistema
 - Tarifa progressiva;
 - O papel da COGERH;
 - A necessidade de criar um Comitê Provisório de acompanhamento do projeto pelos usuários diretos¹⁷;
- Proposta Preliminar de Divisão de Água – Proposta da COGERH a ser submetida aos participantes;
- Definição das próximas etapas.

2ª Fase - Apresentação do Marco Operativo (Preliminar) do Eixo de Integração Jaguaribe- Icapuí ao Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe.

3ª Fase - Avaliação da 2ª Etapa

3ª ETAPA: CAPACITAÇÃO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PILOTO:

1ª Fase - Seminário de Capacitação:

Programa:

1. A Participação Social e seus Fundamentos;
2. O princípio de Subsidiaridade;
3. Os Condicionantes Sociais;
4. O processo de planejamento do projeto piloto;

¹⁷ Este Comitê poderá basear-se no modelo adotado pela Unidade de Mobilização da SRH.

5. O papel do Comitê no processo de planejamento;
6. O papel do Comitê como articulador junto ao Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe;
7. O papel do Comitê como articulador junto à sociedade civil da área do projeto;
8. As relações entre o Comitê e a equipe do Programa de Participação Social do PROGERIRH.

Metodologia: Exposição dialogada com base em transparências (itens 1, 2 e 3); Utilização da técnica METAPLAN para a definição dos papéis e relações de trabalho com os membros do Comitê.

4ª ETAPA: VISITAS ÀS COMUNIDADES PARA DIFUSÃO DO PROJETO

Participantes: Equipe do Programa de Participação Social; Comitê de Acompanhamento; Lideranças Comunitárias;

5ª ETAPA: VISITAS DE ACOMPANHAMENTO PROGRAMADAS ÀS OBRAS CIVIS DO PROJETO PILOTO

Participantes: Equipe do Programa de Participação Social; Comitê de Acompanhamento; Lideranças Comunitárias; Lideranças Comunitárias, Institucionais e Empresariais; Autoridades Municipais;

6ª ETAPA: SEMINÁRIO: “ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A FASE DE OPERAÇÃO DO EIXO”.

Participantes: Membros do Comitê de Acompanhamento do Projeto Piloto; Representantes de Prefeituras Municipais; Equipe do Programa de Participação Social).

Programa:

1. As experiências da SRH em mobilização e participação social;

2. Objetivos do Envolvimento da Sociedade Civil, Mobilização e Participação Social no planejamento, implantação e operação do projeto;
3. Estratégias para a Mobilização e Participação Social no projeto;
4. Etapas, Atividades Permanentes e Eventos Participativos relacionados com o planejamento e a implantação do programa;
5. Matriz de Elos Institucionais e sua utilidade na mobilização e participação social.
6. Calendário de etapas, atividades permanentes e eventos participativos;
7. Divisão de Trabalho :
 - Atribuições do Comitê por área;
 - Atribuições delegadas a outras Instituições e Lideranças Sociais por área do projeto;
 - Atribuições da equipe do Programa de Participação Social do PROGERIRH.

1ª Fase - Avaliação da 3ª Etapa.

7ª ETAPA: REUNIÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E EMPRESARIAIS DA ÁREA, BEM COMO REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS PARA DEFINIÇÃO PARTICIPATIVA, ESTRUTURAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO SOCIAL DO EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE-ICAPUÍ.

PLENÁRIA COM REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS, EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS PARA ESCOLHAS DOS REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS E DOS GOVERNOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS NO MODELO DE GESTÃO SOCIAL.

8ª ETAPA: EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROJETO PILOTO;

9ª ETAPA: CAPACITAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO SOCIAL DO PROJETO PILOTO NO PROCESSO DE TRANSPOSIÇÃO DE BACIAS E OPERAÇÃO DO EIXO.

10ª ETAPA: AVALIAÇÃO IN PROCESSU E EX-POST DO MODELO DE GESTÃO SOCIAL

4.3 - PRÉ-REQUISITOS METODOLÓGICOS

Sabe-se que a implementação de um programa pode sofrer Influências de fatores exógenos os mais diversos, não previstos em seu planejamento. Entretanto, lista-se sob a forma de pré-requisitos, alguns desses fatores importantes, no intuito de alertar as instâncias decisórias do PROGERIRH e as equipes técnicas da COGERH e da Unidade de Mobilização Social, sobre algumas condições básicas para o sucesso do Programa.

1. Respeito à livre manifestação de pensamento e opinião entre atores sociais e governo;
2. Respeito às formas de organização de usuários existentes na área do Projeto (nível local – alternativa selecionada) e na Bacia do Baixo Jaguaribe (nível regional);
3. Crença no princípio de igualdade essencial entre pessoas e respectivos direitos sociais, civis e políticos;
4. Crença no princípio de subsidiaridade como básico no processo de descentralização;
5. Compatibilidade entre trabalho técnico e discussão com usuários sobre o Modelo de Gestão Social. Confronto positivo da visão técnica com a visão dos atores sociais, quando respeitados os pré-requisitos de 1 a 4;
6. Capacitação da equipe técnica do PROGERIRH sobre mobilização, participação e gestão social, com o objetivo de nivelar a equipe na metodologia proposta.

MATRIZ DE ELOS INSTITUCIONAIS

Organizações	Elos Institucionais									
	Habilitadores	Normativos	Cooperativos			Competitivos		Difusos		
			Insumos	Consumo/ produtos/ serviços	Complementaridade	Recursos Hídricos	Público Meta	Antagonismos	Resistência	Apoio
Governo do Estado										
Equipe PROGERIRH										
Prefeitura Municipal										
Câmara dos Vereadores										
Juiz da comarca										
Emater -Ce										
Associação de moradores										
Pequenas Propriedades Rurais										
Médias Propriedades Rurais										
Grandes Propriedades Rurais										
Empresas Rurais										
Cooperativas										
Pastorais da Igreja										
ONG'S										
Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe										
Escolas										
Postos de Saúde										
Sindicatos Rurais										

5 - PROGRAMAÇÃO

*“Se o homem não sabe a que porto se dirige,
nenhum vento lhe será favorável.”*

(Sêneca)

5.1 - OBJETIVOS

5.1.1 - Objetivo Geral

Assegurar o envolvimento da sociedade civil e a participação de todos os usuários nas fases de planejamento, implantação, operação e manutenção do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí.

5.1.2 - Objetivos Específicos

- Desencadear um processo participativo de usuários do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, iniciando na fase de planejamento, consolidando-se nas fases seguintes de implementação, monitoramento e avaliação;
- Discutir com os usuários a melhor alternativa para constituição de um Comitê provisório e, posteriormente, de uma unidade de gerenciamento participativo e integrado na fase de operação do Eixo;
- Formar um Comitê Local Provisório de representantes de organizações de usuários diretos, na área do Eixo de Integração, para acompanhamento da elaboração do Projeto Piloto e execução de obras hidráulicas, respeitando as formas de organização social existentes, com o intuito de encaminhar a discussão sobre o modelo mais adequado de co-gestão do Eixo na fase de operação;
- Definir, estruturar e institucionalizar de forma gradual o modelo de gestão social para o Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, com a participação dos usuários e clara definição dos espaços de participação e decisão da população;
- Evitar a imposição de modelos de associação e de gestão social, permitindo que se origine das discussões uma proposta aplicada à realidade local e que possa compatibilizar interesses multivariados;

- Discutir e deliberar sobre assuntos relativos ao planejamento e operação do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí com os usuários diretos e o Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe;
- Articular o Comitê Local Provisório do Eixo de Integração com o Grupo de Trabalho instituído pelo Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe, objetivando dotar ambos os grupos de informações e elementos para que possam: a) ter uma visão global e integrada da problemática da Bacia Hidrográfica e do seu gerenciamento integrado e participativo; b) ter um conhecimento pormenorizado do processo de planejamento e construção das obras hidráulicas do Eixo;
- Promover de forma coordenada com o Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe o uso, o controle e a preservação do Eixo e da água por ele fornecido;
- Negociar mediante articulação com o Comitê da Bacia a liberação de água para o canal, objetivando atender a demanda por água na área beneficiada;
- Conscientizar os usuários e suas famílias sobre a água como insumo escasso e bem público de valor econômico;
- Acompanhar, com o envolvimento dos usuários diretos, a oferta de água nos aspectos qualitativos e quantitativos, no que diz respeito às vazões liberadas, consumo, potabilidade, etc.;
- Monitorar, mediante o envolvimento da sociedade civil, a conservação física do canal, prevenindo eventuais danos à sua estrutura, informando quando necessário medidas para sua recuperação;
- Acompanhar, através de uma unidade de gerenciamento participativo, a cobrança, a arrecadação de fundos pelo uso da água bruta e o plano de aplicação dos recursos;

5.2 - METAS

5.2.1 - Elaboração do Marco Situacional do Programa

- 02 reuniões com lideranças locais de usuários de água, com o objetivo de consultas prévia para nivelamento das equipes PROGERIRH, Consórcio e usuários;

- 02 reuniões, com grupos sociais específicos, para análise de envolvimento da sociedade civil;
- Elaboração da Matriz de Elos Institucionais;
- 01 levantamento sociológico nas comunidades rurais, com a finalidade de inventariar as conexões sociais existentes;
- 01 avaliação participativa da 1ª Etapa.

5.2.2 - Elaboração Participativa do Marco Operativo do Projeto

- 01 Encontro de lideranças comunitárias e empresariais;
- 01 Capacitação de Usuários;
- Constituição de 01 Comitê Provisório de Usuários como instância de consulta, deliberação e participação para acompanhamento do projeto piloto até a sua fase de operação;
- 01 reunião com o Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe;
- 01 avaliação participativa da 2ª Etapa.

5.2.3 - Capacitação em Processo

- 01 Seminário de Capacitação do Comitê de Usuários para Acompanhamento do Projeto Piloto;
- 01 Oficina de Planejamento Participativo de Mobilização e Envolvimento da Sociedade Civil;
- 01 avaliação participativa da 3ª Etapa.

5.2.4 - Visitas para Difusão do Projeto

- Visitas às comunidades localizadas ao longo do traçado do eixo de integração;
- Participantes: equipe do programa de participação social; comitê de acompanhamento; lideranças comunitárias.

5.2.5 - Visitas de Acompanhamento da Implantação das Obras

- periodicidade: mensal;

- participantes: Equipe do Programa de Participação Social; Comitê de Acompanhamento; Lideranças Comunitárias, Institucionais e Empresariais; Autoridades Municipais.

5.2.6 - Modelo de Gestão Social

- definido e implementado de forma participativa, como instância de consulta, deliberação e participação dos usuários no gerenciamento do Eixo

5.2.7 - Capacitação de Usuários

- no processo de transposição de bacias e operação do Eixo;
- 03 Avaliações “in processu” do Modelo de Gestão Social.

5.2.8 - Avaliações

- 01 Avaliação participativa da 5ª Etapa.

5.3 - JUSTIFICATIVA

Um projeto público da envergadura do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí tem um compromisso inarredável com a sustentabilidade. Esta, no plano social, tem dois condicionantes: a) a redução dos índices de pobreza e exclusão social; b) a participação dos usuários nos processos de planejamento e gestão de recursos hídricos. Por trás destes condicionantes estão os conceitos de pobreza e cidadania.

O Programa de Participação Social proposto para o Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí, levou em consideração estes condicionantes e conceitos, concebendo objetivos, ações e atividades que abrem espaços para a participação social, cuja prática continuada, possibilita o início do rompimento do ciclo vicioso da pobreza e da exclusão social, seja pelo o acesso à informação e ao conhecimento, seja pela aprendizagem de resolução de conflitos, compatibilização de interesse e soluções consensuadas. Por outro lado, a participação social aumenta o compromisso público com a gestão e a operação racional do Projeto, garantindo o alcance de seus objetivos e metas.

5.4 - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Três são as formas de participação dos usuários:

- a) No Comitê Provisório de Acompanhamento do Projeto Piloto, como instância colegiada de consulta, deliberação e participação, constituída de representantes de associações comunitárias, cooperativas, ONG'S, representação de proprietários, representação de empresários, da área abrangida pela alternativa selecionada, indicados como representantes/delegados, na 1ª Etapa- Fase 2 - Análise de Envolvimento da Sociedade Civil;
- b) Na divisão do trabalho por grupos de atores sociais, de preferência correspondentes aos trechos por onde o Canal do Eixo irá passar nos municípios de Jaguaruana, Aracati e Icapuí, para realização em parceria com a equipe do Programa de Participação Social, das atividades do plano de trabalho de mobilização, envolvimento da sociedade civil e participação social;
- c) Na gestão social do Eixo de Integração em sua fase de operação, como instância colegiada de representantes de todos os usuários do Eixo, contemplando a participação de organizações públicas e organizações não-governamentais sediadas na área.

5.5 - MATRIZ INSTITUCIONAL MÚLTIPLA

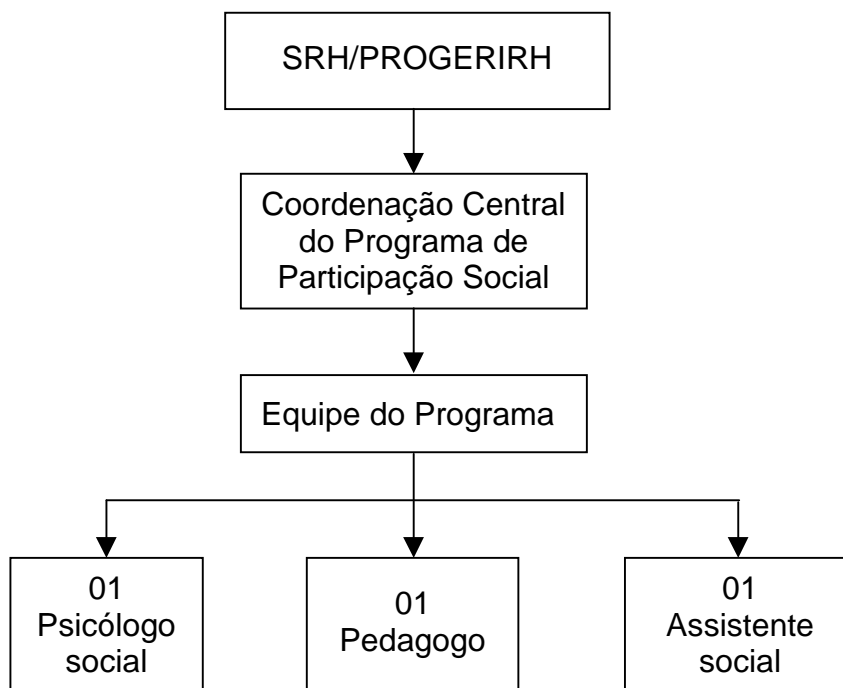
PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL						
ATIVIDADES	AGENTES					
	SRH/PROGERIRH	CONSÓRCIO	COGERH	UNIDADE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	COMITÊ DA BACIA DO BAIXO JAGUARIBE	REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO EIXO
Reuniões de Preparação e Nivelamento	D	E	P	A	A	AV
Planejamento do Programa de Participação Social	D	P	A	A	A	A
Constituição da equipe do Programa de Participação Social	P/D	-	A	A	A	A
Elaboração do Marco Situacional – Fases 2 a 5	P/E/AV	-	A	A	A	P/E/AV
Elaboração do Marco Operativo para o Projeto Piloto Fases 1 a 3	P/E/AV	-	A	A	A	P/E/AV
Capacitação do Comitê Provisório de Acompanhamento	P/E/AV	-	A	A	A	E/AV
Planejamento participativo do programa de participação social	P/E/AV	-	A	A	A	P/E/AV
Reuniões em 18 comunidades rurais para difusão do projeto piloto	P/E/AV	-	A	A	A	P/E/AV
Visitas programadas às obras civis do projeto piloto	P/E/AV	-	A	A	A	P/E/AV
Definição Participativa Implementação do Modelo de Gestão Social e Capacitação	P/E/AV	-	A	A	A	P/E/AV

Legenda: P - Planejamento; D - Decisão;
 R - Alocação de Recursos; E - Execução;
 A - Acompanhamento; AV – Avaliação.

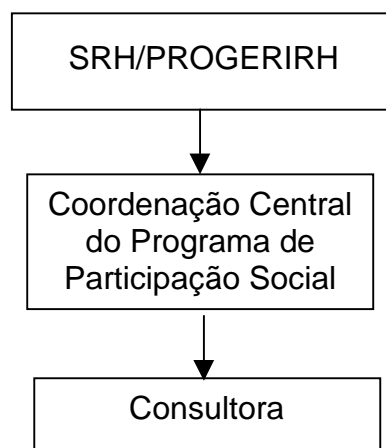
5.6 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO

5.6.1 - Estrutura do Programa de Participação Social

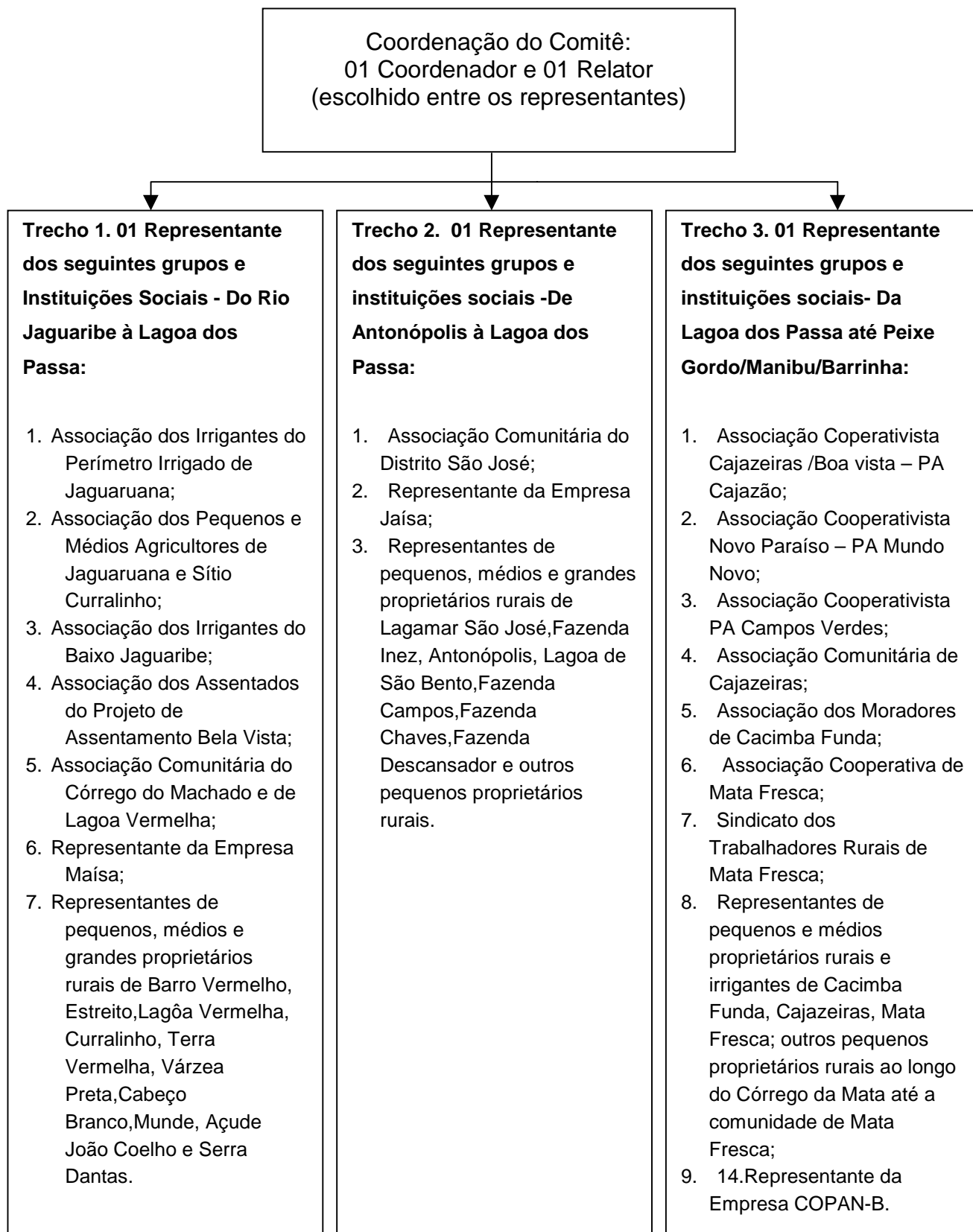
- a) Caso a decisão do PROGERIRH seja a de coordenação direta do programa propõe-se a seguinte estrutura organizacional:



- b) Caso a decisão do PROGERIRH seja de terceirização da execução do Programa, recomenda-se a contratação de firma especializada nesta ação, obedecendo a seguinte estrutura:



5.6.2 - Estrutura do Comitê Provisório de Usuários



5.7 - CRONOGRAMA GERAL DE ATIVIDADES

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE-ICAPUÍ

Período: Maio/Dezembro de 1998

ATIVIDADES	MESES							
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.Diagnóstico sócio-econômico	■	■	■					
2.Levantamento das organizações associativas e ONG'S		■	■					
3.Reuniões de nivelamento com o PROGERIRH			■	■				
4.Reuniões de consulta e nivelamento com representantes de usuários			■					
5. Finalização do Planejamento do Programa				■				
6. Constituição de equipe de Coordenação do Programa					■			
7. Análise de Envolvimento da Sociedade Civil Organizada						■		
8.Formação do Comitê Provisório de Usuários do Eixo						■		
8. Elaboração da matriz de elos Institucionais						■		
9.Levantamento Social das comunidades rurais							■	
10.Finalização do Marco Situacional							■	
11. Elaboração do Marco Operativo								■
12. Capacitação do Comitê – 1ª Fase								■

Período: Janeiro a Dezembro 1999

ATIVIDADES	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. Capacitação do Comitê-2ª fase	—											
2. Reuniões Comunitárias em 18 comunidades rurais para difusão do Projeto Piloto		—	—	—	—							
3. Visitas às Obras Cívís do Projeto Piloto					—	—	—	—				
4. Elaboração do Plano Participativo de Mobilização e Participação Social								—	—			
5. Definição do Modelo de Gestão Social								—	—			
6. Capacitação de Dirigentes e Membros da Unidade de Gestão Social									—	—		
7. Implementação do Modelo de Gestão Social										—	—	—
8. Avaliação do Modelo de Gestão Social		—	—		—	—		—			—	—

5.8 - ORÇAMENTO GLOBAL

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE-ICAPUÍ 1998/2000

Atividade	Valor (R\$ 1,00)
1. Elaboração do Marco Situacional	60.000,00
2. Elaboração do Marco Operativo	20.000,00
3. Capacitação de Usuários – 1ª e 2ª Fase	30.000,00
4. Difusão do Projeto Piloto Junto a 18 Comunidades Rurais	36.000,00
5. Visita às Obras Cíveis do Projeto	6.000,00
6. Definição e implementação do Modelo de Gestão Social	25.000,00
7. Capacitação dos usuários no processo de transposição de bacias e operação do Eixo	60.000,00
8. Avaliação do Modelo de Gestão Social	45.000,00
TOTAL	282.000,00

5.9 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

5.9.1 - Objetivos

- Assegurar evidências válidas de resultados positivos de envolvimento da sociedade civil, participação e capacitação de usuários;
- Identificar mudanças culturais e comportamentais positivas de participação e gestão social;

5.9.2 - Método

- Pesquisa Avaliativa por Etapa;
- Observação Participante;
- Estudos de Casos.

5.9.3 - Tipo de Avaliação

- “In processu”.



6 - BIBLIOGRAFIA

- SRH/PROGERIRH:
 - Termo de Referência para a Elaboração de Estudos e Projetos do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí. Fortaleza,Abril, 1997.
 - Estudos Básicos. Parte II, Tomo 3 – Estudos Sócio-Econômicos. Fortaleza, Maio, 1998
- SRH:
 - “Legislação Estadual Sobre o Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará”.Fortaleza,1994.
 - Unidade de Mobilização, Participação e Promoção SocialFortaleza,Julho,1998.
- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Lei nº 9.433 de 8 de Janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos.
- COGERH :
 - “O Caminho das Águas. Informações Básicas sobre o Gerenciamento dos Recursos Hídricos” .Fortaleza,1997, 2ª Edição.
 - “ Proposta para a organização dos usuários de água e constituição do Comitê de Bacias Hidrográficas no Ceará”. Fortaleza,Março,1995.
 - “Encontros municipais sobre gerenciamento dos recursos hídricos dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú”. Fortaleza, Julho, 1996
 - “Gestão Participativa dos Recursos Hídricos- A Experiência da SRH” .Fortaleza,S/D.
- Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável. ÁRIDAS /95 .Anais, Editora Paralelo 15,Brasília,1997.
- Tenório, Fernando Guilherme et ali. Gestão social: Metodologia e Casos. Rio, Editora FGV,1998.
- Buarque, Sérgio C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento local e Municipal Sustentável. Brasília,IICA/PCT/INCRA,Junho,1998.
- Dallari, Dalmo de Abreu. O que é Participação Política. Abril Cultural/Editora Brasiliense, 1984.
- Gandin, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo. 5ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes,1994.



7 - EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Bernardo Rene Zicman	Engº Civil	CREA 035902/SP
----------------------	------------	----------------

Coordenação Adjunta

Telma Rocha Torreão	Engª Civil	CREA 10353/D-PE
---------------------	------------	-----------------

Elaboração

Iracema Gonçalves de Melo	Pedagoga	MEC-7659-72/CE
---------------------------	----------	----------------

Colaboração

Eveline M. M. Corrêa	Psicologia	CRP-1566
Elianeiva de Q. V. Odísio	Engª Agrônoma	CREA 7070/D – CE



ANEXO

REUNIÃO SOBRE O EIXO DE TRANSPOSIÇÃO JAGUARIBE-ICAPUI

Data: 10/07/98

Hora: 09:00

Local: Auditório da COGERH

Município: Fortaleza

NOME/ENDEREÇO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE
IRACEMA GONCALVES DE MELO	CONSORCIO JPE/AGUASDOS	265.44.51
ELIANEIVA Q. V. ODESID	CONSORCIO JPE/AGUASDOS	261 1738
Fco JOSÉ TEIXEIRA	PREFEITURA ICAPUI	432 1200
Raimundo José Reis Felix	PREF. de Jaguaribe	432 1101
SANDIVAL CAVALCANTE RODRIGUES	COFAM -	261-2255
Silvio Ramalho Dantas	FAEC	411 1016
Fco RAIMUNDO SANTIAGO BESSA	Produtor	4101-22-01
José Wagner Jacó Pereira	Produtor	244 1444
JOSÉ ARMANDO N. DIÓGENES	EIT/MAISA	261-88-33
FERNANDO IRINEU PESSOA	PROGERIRH	219 17 10
Rosana Garfelli	COGERH	2617182

REUNIÃO SOBRE O EIXO DE TRANSPOSIÇÃO JAGUARIBE-ICAPUI

Data 10/07/88

Hora: 09:00

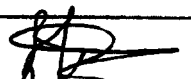
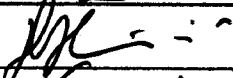


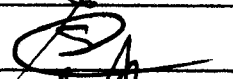
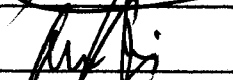


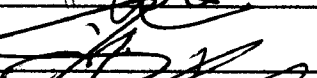


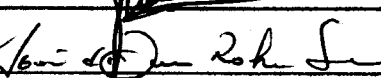
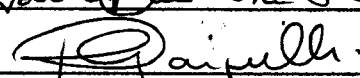
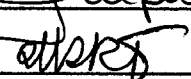
Local: Auditório da COGERH

Município: Fortaleza

NOME/ENDEREÇO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE
João Luís F. Oliveira	COGERH	2614182
Francisca José C. Teixeira	COGERH	2614182
VICENTE VIEIRA	PROGERIRH	2191710
DORIAN PONTE LIMA	PROGERIRH	2191710
SILA GOUVEIA	PROGERIRH	219-17-10
DANILO C. MONTAÏN	PROGERIRH	2191710
Ricardo Ricardo de Alc TAREU DOTE SX	UMACR JPA-AGUASOLOS	411411 4914012
Joaquim Gondim	COGERH	2278850
Alta Pontes	CONSORCIO JPE/AGUASOLOS	261-17-38

MUNICÍPIO: ARACATIPROGRAMA: PROGERIRHEVENTO: REUNIÃO DO GRUPO DETRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE - ICAPUÍ COM EQUIPE DOCONSÓRCIO E EQUIPE PROGERIRHPERÍODO/DATA: 10/08/A 10/08/1998LOCAL: ARACATI

Nome do Representante	Nome da Entidade que representa	Localidade/ Município	Endereço e telefone para contato	Assinatura
1. MÂRCIO RAMALHO DANTAS	ASS. COMUNIT. IRRIGANTES	QUIXERÊ	AV. DOM LINO, 840 RUSSAS-CO. (088) 411-0959	
2. Sílvio Romalho Dantas	FAEC	RUSSAS	411016 Trav. José Delfino Jr. 18 411-9152(MAX) 411-92-05	
3. ANTONIO ADEMAR DE CARVALHO	ASS. ASSENTADAS TAB. QUATAS	RUSSAS / LIMOEIRO DO NORTE	Rua Cônego Antonino, 2238	
4. Antônio Roberto Souza	COODI	ICAPUÍ	964.1691 AV. ENOQUE CARNEIROSIN	
5. R.º César de Andrade	COBEPH	LIMOEIRO	423 - 5000	
6. Fco de Almeida Chaves	COGERH(GERENCIA)	LIMOEIRO	423-5000	
7. TELMA FERREIRA	SPE/AGUASQUAS	FORTALEZA	2443744	
8. Ramundo José Faria	PREFEITURA ICAPUÍ	ICAPUÍ	432 1101	
9. JOSÉ ESTANISLAU GOMES MOURA	BANCA DO NORDESTE	ARACATI	421-18-32	
10. Rdo Bassarido de Silva	Fed. dos Aut. Livres Organizados do Município de Aracati	Aracati	421-10-46 421.82.81	
11. José Ribamar da Silva	Polo STR	BARRA FORTIM	Rua Maria Antônia RN 443-1748	
12. Janício	COGERH	FORTALEZA	261 7182	

Nome do Representante	Nome da Entidade que representa	Localidade/ Município	Endereço e telefone para contato	Assinatura
13. M ^{te} Hilda R. Sousa	Assoc. Fam. Cajazeiras	Cajazeiras Aracati	Sítio Cajazeiras 4321011	
14. DORIAN PONTE LIMA	PROGERIAT	FORTALEZA	(085) 219 1710	
15. DANILLO COELHO	PROGERIAT	FORTALEZA	2191710/1711	
16. Ramunda Porto Filho	Copam	Fortaleza	(085) 266 8222	
17. SANDOVAL C. RODRIGUES	COOPOM	Fortaleza	(085) 261-22-82	
18. João Manoel Lima	MAISA	MOSSOROIA GUARUANA	084 323 1145	
19. MOACIR DE LIMA	S.R.H	FORTALEZA	2191121	
20. TADEU DOTE SI	CONSÓRCIO	FORTALEZA	(085) 4914012	
21. Fco Espirito Santo	STRATI	ARACATI	088 421-1366-9641118	
22. Fco Nilaci das	ASS BELA VISTA	JAGUARUANA		
23. Ramundo M. S.	Assentamento Br	Jaguaramana		
24. JOÃO DE DEUS R. SOARES	COOPAJA.	JAGUARUANA	RUA Pz Rocha 1150 (088) 418-1280	
25. Rosana Gayull	COGERH	Fortaleza	2617182	
26. Jânio M. S. R. F. L.	SRH	Fortaleza	2319420	
27. João	Francisco	Filip		

Nome do Representante	Nome da Entidade que representa	Localidade/ Município	Endereço e telefone para contáto	Assinatura
28. ROBSON L. SANTANA	EMATER/CE	ARACATI	421-1002	Robson L. Santana
29. Maria Carmé Alves	SRH	Fortaleza	215 1121	Maria Carmé Alves
30. Antônio de Jesus Santana	Cívica Associação de Amigos	Limoeiro do Norte	423-3222/421-3084	Antônio de Jesus Santana
31. EUGÊNIO SOUSA	AGUAS-LOT	FORTALEZA	2443744/128	Eugênio Sousa
32. Euzair Ribeiro	Comitê de Município de Água	ARACATI	421.1006	Euzair Ribeiro
33. F ^{co} P ^{ola} Santos	Prodoz Feutrecos	EMAP. Apodi	4/01-22-01/321-3526	F ^{co} P ^{ola} Santos
34. Tatiana Calteuda	PROGERIRH/SRH	Fortaleza	2191710	Tatiana Calteuda
35.				
36.				
37.				
38.				
39.				
40.				
41.				
42.				